

Transcrição da 440ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

1
2
3 **00:01:28 Anselmo Guimarães:** Muito bom dia a todos e a todas. Bom dia senhora presidente
4 Natália Resende, conselheiros e conselheiras, demais amigos que nos acompanham pela internet.
5 Tendo sido verificado o quórum, a mesa declara abertos os trabalhos da 440ª Reunião Ordinária
6 do Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos
7 os senhores. Informo a todos os presentes que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser
8 acessada no YouTube, na página “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões do
9 CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, também por meio virtual, através de
10 videoconferência, razão pela qual já aproveito para saudar todos os conselheiros que nos
11 acompanham aqui na plataforma virtual. Gostaria de agradecer a todos os presentes, aqueles que
12 nos acompanham pela internet, inclusive às autoridades, interlocutores dos municípios que estão
13 sempre nos acompanhando. Vamos passar ao expediente preliminar com aprovação da ata da
14 439ª Reunião Ordinária do Plenário, distribuída junto com a convocatória aos senhores
15 conselheiros, razão pela qual eu peço que se dispense a leitura, e fica, portanto, considerada
16 aprovada pela presidência. Passamos agora às comunicações da presidência e da Secretaria
17 Executiva, então agora, com a palavra, a senhora secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e
18 Logística do Estado de São Paulo e presidente do CONSEMA, doutora Natália Resende, para
19 suas comunicações e informes. Muito bom dia, secretária, por favor.

20
21 **00:03:01 Natália Resende:** Bom dia. Obrigada, Anselmo. Sempre é uma felicidade estar aqui
22 com vocês. Dou aqui meus cumprimentos a quem está aqui presente, na nossa sala do
23 CONSEMA, quem nos acompanha também virtualmente. Primeiro comunicado aqui diz respeito
24 ao nosso Plano Estadual de Adaptação e Resiliência, e aí eu vou até fazer um comunicado mais
25 detalhado só para poder sempre manter o nosso conselho informado. A gente abriu consulta,
26 como todos sabem, no dia 4 de novembro, a gente vai encerrar no dia 20 de dezembro. E aí a
27 gente está num processo de fazer uma escuta ativa de uma forma mais ampla possível, para a
28 gente conseguir todas as contribuições necessárias e que a gente acha que é muito relevante para
29 conseguir ter sempre o plano incremental, e um plano que a nossa intenção é ter sempre
30 atualizações, foi essa diretriz, a metodologia que a gente colocou, uma metodologia que foi
31 construída com mais de 80 técnicos, apoio da GIZ, com o pessoal do IPA aqui também, Fapesp,
32 pesquisadores, enfim, de uma forma muito ampla e que, claro, a gente sempre quer também trazer
33 a sociedade junto. E aí a gente trouxe aqui no CONSEMA, no dia 23 de outubro, levamos
34 também para o Grupo Setorial da Baixada Santista, o Gerco, no dia 31 de outubro. Fomos
35 também apresentar, no Grupo Setorial do Litoral Norte, do Gerco, no dia 4 de novembro. No dia
36 8 de novembro, a gente foi lá na terra indígena Rio Silveiras, também lá na aldeia do cacique
37 Adolfo, para conversar, mostrar, falar, entender, ouvir principalmente. No dia 12 de novembro,
38 a gente fez um *webinar* na Fapesp para, também, ter todas as contribuições na parte da academia,
39 os pesquisadores. Foi, inclusive, uma das contribuições que a gente teve, uma das rodadas com
40 o pessoal do Biota, que sempre nos ajuda muito aqui, foi fazer esse *webinar* na Fapesp, a gente
41 fez no dia 18 agora, a gente fez um *webinar* de Educação Ambiental e Proteção das Águas do
42 CRH. A gente tem também uma série de outras agendas já marcadas na COP mesmo, que o
43 pessoal está lá, nosso pessoal aqui da Secretaria, da Cetesb, da Fundação Florestal, também foi

44 apresentado lá em Baku, no Azerbaijão. No dia 27 de novembro também a gente vai ter uma
45 reunião na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Dia 28 de novembro, com as
46 prefeituras, em parceria com a ANAMMA, no PMVA, e a gente agradece aqui a parceria com a
47 ANAMMA também. Reunião com a Câmara Técnica de Adaptação do Fórum Brasileiro de
48 Mudanças Climáticas, no dia 2 de dezembro. E a gente vai fazer um *webinar* online, para quem
49 quiser participar de novo, quem não puder ter participado, no dia 16 de dezembro. E está aberto
50 também no nosso site um formulário que a gente fez de uma forma para deixar padronizado, para
51 todo mundo participar, para a gente conseguir depois fazer o tratamento de todas as
52 contribuições, então a nossa intenção é olhar tudo, é ver como é que a gente consegue incorporar,
53 seja no primeiro ciclo, seja nos demais também. De novo, é um plano incremental, dinâmico,
54 que a gente quer fazer com a participação de todos, por isso que a gente está fazendo toda essa
55 agenda aqui que eu comentei com vocês, sem prejuízo sempre da gente discutir, conversar, abrir
56 diálogo. Então, só abrir um pouquinho esse ponto para trazer aqui para vocês também
57 atualizações. A gente divulgou as escolas finalistas do Concurso de Redação sobre o Clima, 27
58 alunos finalistas, idades entre 10 e 17. O resultado final vai ser divulgado no dia 22 de novembro.
59 Isso é algo muito importante aqui para a gente, porque a gente sempre tenta levar esse assunto
60 de mudanças climáticas, de tudo o que está acontecendo para as crianças, para a educação
61 ambiental e conscientização, porque é a semente que vai fazer a diferença no nosso futuro, então,
62 iniciativas como essas são muito relevantes aqui para nossa Secretaria, para o governo do estado
63 de São Paulo. A gente também foi na Vila do Sahy para olhar as ações de recuperação, e aí deixo
64 nossos agradecimentos aqui a todo o pessoal da nossa Fundação Florestal, pelo trabalho
65 maravilhoso que eles vem fazendo lá, mais de 200 hectares restaurados, desde o ano passado,
66 também com a ajuda da Cetesb, iniciativa privada, o pessoal da sociedade civil, ICC, enfim,
67 conjunto que faz a diferença. Já falei aqui da consulta do PEARC, a gente abriu consulta também
68 para normas de uso de três parques aqui na capital. A Sala de Situação - São Paulo vai ganhar
69 ampliação com novas tecnologias e inteligência artificial. A gente fez a inauguração, né Nalon,
70 da nova plataforma de monitoramento que reforça a gestão de riscos, que coloca também a
71 questão geológico, geotécnica, para nos ajudar a prevenir também, a fazer todas as ações, junto
72 com Defesas Civis, tanto da estadual quanto municipal. Falei um pouquinho aqui dos avanços
73 que a gente apresentou na COP, também a gente lançou lá, e aí, junto com a nossa Fundação
74 Florestal, uma plataforma bem interessante, que eu convido todos a conhecer, de áreas
75 restauradas, passíveis de restauração dentro das Unidades de Conservação. E aí tem toda uma
76 inteligência ali de vários dados, vários filtros que a gente fez para mostrar a distância para
77 viveiros, distância para rodovias, distâncias de logística, características do solo, enfim, toda uma
78 lógica que vai nos ajudar bastante para a gente caminhar e acelerar nessa parte de restauração,
79 que é um dos carros chefes que a gente tem aqui no nosso Plano do Meio Ambiente. A gente
80 visitou também as obras contra enchentes em São Vicente, que vai beneficiar mais de 300 mil
81 pessoas, está 98% concluído, só está faltando a parte elétrica. São oito conjuntos de comportas
82 que a gente colocou já e que vão ajudar muito na mitigação de enchentes, principalmente
83 considerando no caso do litoral, o efeito das marés. Isso é uma parte de resiliência muito
84 importante que a gente tem olhado e tem discutido dentro do nosso Plano de Adaptação e
85 Resiliência Climática também. A gente instaurou, acho que o que foi pra vocês foi o 6º Comitê
86 do Alto e Baixo Paranapanema, mas só para atualizar, todos os Comitês Técnicos da URAE, a

87 gente já instaurou, ontem ou anteontem, se eu não me engano, foi o último do Tietê, do Baixo e
88 Médio Tietê e vários, a gente já está na segunda, terceira reunião. Só para atualizar também o
89 nosso Lixômetro aqui, mais de 66 mil toneladas de lixo flutuante que a gente coletou no rio
90 Pinheiros, toda semana a gente atualiza, isso é algo que a gente tenta expor também na linha de
91 conscientização, educação ambiental, para trazer a sociedade, e junto com o governo, que está
92 fazendo uma série de investimentos, também fazer a sua parte de não jogar lixo, da gente, na
93 verdade, valorizar os nossos resíduos, gerando economia circular, e é isso que a gente está
94 tentando fazer aqui no Íntegra Resíduos também. Então, acho que é isso de forma geral, Anselmo,
95 devolvo a palavra para você, agradecendo novamente a participação aqui de todos, tanto
96 presencial quanto virtual. Obrigada.

97
98 **00:10:44 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, secretária. Tenho alguns comunicados aqui
99 pela Secretaria Executiva. Primeiro lugar informar que hoje tomam posse, no plenário do
100 CONSEMA, a conselheira Isadora Le Senechal Parada, da Coordenadoria de Planejamento
101 Ambiental da SEMIL, como suplente, em complementação ao mandato de Natalia Micossi da
102 Cruz. Bom dia, Isadora, muito obrigado, seja bem-vinda aqui ao plenário do CONSEMA. E
103 também o conselheiro Mauro Kuniho Miyashita, da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria
104 Criativas, como titular, em complementação ao mandato de Amer Nagib Moussa Junior,
105 conselheiro Mauro informou que não pode estar aqui presente, mas fica aqui o nosso registro de
106 boas-vindas aos novos integrantes do plenário. Também nossos agradecimentos aos ex-
107 conselheiros pelo período de trabalho aqui, contribuições junto ao CONSEMA e, portanto, a
108 mesa declara empossados os novos conselheiros. Outro comunicado, convidar todos os
109 conselheiros e conselheiras para participarem da próxima audiência pública convocada pelo
110 CONSEMA, vai acontecer no dia 26 de novembro, semana que vem, Ribeirão Grande, que é a
111 audiência pública do Eia-Rima do empreendimento Implantação de Atividades de Extração de
112 Calcário, de responsabilidade da CBE, Companhia Brasileira de Equipamento. Será presencial,
113 com início às 17 horas. Para consultar o edital de convocação e orientações para participar, por
114 favor, acessar a página eletrônica “semil.sp.gov.com.br/consema”. Lá estão as orientações e
115 também o regramento das audiências públicas. Dito isso, vamos passar agora aos 30 minutos de
116 fala dividido entre os conselheiros para assuntos de interesse geral. Aqui, o conselheiro Crepaldi
117 já manifestou aqui o interesse em usar a palavra, também o conselheiro Beloyanis, e também o
118 conselheiro Victorino. Aqui o conselheiro coronel Navarro. Deixa eu anotar aqui também quem
119 está na internet, aqui tem alguns pontinhos amarelos. Professor Alexandre Perinotto, Andrés,
120 também conselheira Maria Eduarda. Então nós temos aqui, só recapitulando, o conselho
121 Crepaldi, Beloyanis, Victorino, Perinotto, Andrés, Maria Eduarda e coronel Navarro. São sete
122 inscritos, quatro minutos para cada um, então vamos começar aqui pelo conselheiro Crepaldi,
123 que está aqui conosco. Crepaldi, que é da ABES. Bom dia, conselheiro, por favor.

124
125 **00:13:37 Ricardo Crepaldi:** Bom dia, Anselmo, obrigado. Bom dia, secretária. Em nome da
126 secretária, cumprimento a todos os colegas aqui presentes e também os que estão online. Bom,
127 são dois assuntos que eu quero colocar rapidamente hoje, o primeiro é convidar todos os
128 conselheiros, todo mundo que está assistindo a gente, no dia 10, 11 e 12 de dezembro, das 9 às
129 16:30, vamos estar fazendo um evento, nós da ABES, mais a ASEC-Cetesb, que são os

130 engenheiros especialistas da Cetesb, e mais a Associação dos Engenheiros da Sabesp, a
131 AESabesp. A gente vai fazer o 6º Seminário de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade.
132 Ele vai ocorrer aqui na sede da Cetesb, lá no auditório, nos três dias, serão três painéis durante
133 as manhãs, e três mesas redondas durante a tarde. Esse evento vai estar com o apoio da AIDIS,
134 que é a Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, mais o Portal de
135 Tratamento da Água e da revista Saneia Online. Então, quem quiser, eu vou estar passando para
136 o Anselmo, para ele passar para os conselheiros. Quem quiser participar é presencial, não vai
137 estar sendo transmitido, mas vai estar sendo feito aqui na sede da Cetesb, no auditório. Bom,
138 passando para o segundo ponto, falar com a secretária Natália um ponto que a gente vem
139 percebendo dentro das nossas, infelizmente, nas nossas questões das mudanças climáticas. A
140 gente passou esse ano, alguns pontos ainda estão passando, por uma estiagem muito forte que a
141 gente teve o nosso programa, o São Paulo Sem Fogo, foi muito eficiente, apesar de tudo o que
142 ocorreu, mas poderia ter sido muito pior. E o que ocorre é que agora a gente está em períodos de
143 extremos, e o que vai acontecer e já está acontecendo são chuvas torrenciais nas áreas urbanas e
144 das grandes cidades do estado. Isso tem levado a vários problemas, inclusive, infelizmente, a
145 morte de algumas pessoas. Mas falando ambientalmente sobre isso, o que tem acontecido foi o
146 aumento das erosões urbanas/rurais dentro dos municípios. Então, o que a gente gostaria que
147 tivesse dentro desse ponto? O estado estudasse, a Secretaria estudasse uma forma da gente ter,
148 tanto como o São Paulo Sem Fogo, que foi muito eficiente, como também ocorre quando a gente
149 tem esta parte, por quê? Essa parte das erosões, principalmente das erosões e das chuvas
150 torrenciais, causam um custo altíssimo para o estado como um todo e para o governo, além do
151 que ele, em várias regiões do interior, do meio do estado de São Paulo, a gente vê problemas
152 seriamente com a habitação, as erosões indo para aporte de casas e, ao mesmo tempo, indo ruas,
153 rodovias, etc. Então, isso ocorre que, durante o período de chuvas, a gente não consegue fazer
154 algumas atenuações, tem que ser feito no período de seca. Então, esse trabalho seria muito
155 importante da gente ter também de uma forma, eu sei que a gente tem também os trabalhos dentro
156 dos sistemas emergenciais de grandes cidades, como a região metropolitana de São Paulo, porém,
157 no interior do estado, isso daí é muito difícil de ser feito, as prefeituras não têm condições *etc*, e
158 isso só acontece com a população sofrendo mais. Infelizmente, às vezes a Defesa Civil não tendo
159 condições, naquele município, a gente pode até ter alguma questão de algumas fatalidades. Era
160 isso que eu tinha para falar hoje, muito obrigado.

161

162 **00:17:20 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro, pela participação.
163 Gostaria de convidar agora o conselheiro Beloyanis.

164

165 **00:17:27 Beloyanis Monteiro:** Bom dia, secretária, bom dia demais conselheiros, a minha fala
166 é bem rapidinha. Eu queria parabenizar a secretária da sua agenda, quando a senhora vai no
167 território, eu acho que tem um diferencial muito grande. E seguindo nessa linha, o Fernando
168 Prioste, nosso parceiro, ele está vindo, mas ficou no meio da estrada. Acho que pegou um
169 trânsito, não vai conseguir chegar a tempo, mas ele me pediu que confirmasse com senhora a ida
170 na Juréia dia 13/12, que o pessoal já está aguardando a presença da senhora. Eu acho que essa
171 ida à Juréia é fundamental, já falei na reunião anterior que é uma pauta que já vem se arrastando
172 há anos, eu acho que a senhora tem capacidade de abrir esse diálogo e conversar com o território

173 direto, acho que é importante essa ida da senhora. A outra fala minha seria para o Jonatas,
174 infelizmente ele não está aqui. Eu queria saber como é que... Eu saí de férias, e até falei com ele
175 pelo WhatsApp, eu queria saber como é que está o status da Conferência Estadual, parece que
176 está programada para o dia 25 de janeiro. Queria saber se tem alguma notícia. É isso aí, obrigado
177 secretária, conto com a senhora dia 13 na Juréia, viu?

178

179 **00:18:50 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Beloyanis. Conselheiro Victorino,
180 por favor.

181

182 **00:19:09 José Eduardo Victorino:** Bom dia. Cumprimentar a todos em nome da nossa
183 secretária Natália Resende, os sentados à mesa, quem está online. Eu queria trazer para o
184 conselho algumas informações sobre a Fundação Florestal, em especial os parques estaduais
185 Itapetinga e Itaberaba. O Decreto 55.662, de 30/03/2010, que criou o Parque Estadual Itapetinga
186 e Itaberaba, e também a Floresta Estadual de Guarulhos, Monumento Natural Estadual da Pedra
187 Grande. Eu quero destacar aqui o estadual Itaberaba e Itapetinga, que teve o seu Plano de Manejo
188 feito em 2018. O Parque Estadual do Itapetinga, estamos falando dos municípios de Atibaia,
189 Bom Jesus do Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista. Itaberaba é Mairiporã, Guarulhos, Arujá,
190 Santa Isabel, Nazaré, Paulista, Igaratá. E tem alguns pontos importantes que a gente tem que
191 ressaltar aqui. Primeiro, que é uma reivindicação de alguns proprietários sobre a retificação das
192 áreas das propriedades, áreas que estão na borda dos parques, loteamentos que estão dentro do
193 parque, parte deles e parte fora do parque, que tem causado problemas para que a gente faça a
194 relação fundiárias dessas áreas. Loteamentos irregulares que estão dentro dos parques e que os
195 lotes continuam sendo vendidos, onde ocorre desmatamentos e construções irregulares e são
196 realizadas demolições, porém, as construções retomam prejudicando bastante e dificultando a
197 regeneração do local. Precisamos urgente registrar o gravame das matrículas, que se trata de
198 Parque Estadual de Proteção Integral. Hoje, nós não temos essas matrículas. Se faz necessário
199 iniciar estudo sobre a forma de valoração das áreas, para que no momento de desapropriações se
200 tenha o preço justo a ser pago aos proprietários. Neste quesito, os profissionais do CREA - São
201 Paulo poderão colaborar com esse estudo. Se faz necessário os proprietários das áreas possuírem
202 a documentação em dia, com cartório de imóveis. E aqui eu faço uma consideração, que enquanto
203 não acontece a desapropriação pelo estado, desenvolver junto aos proprietários de grandes áreas,
204 projetos que possibilitam o uso da terra, como por exemplo, o Sistema Agro Florestal, conforme
205 o Plano de Manejo, que foi publicado em junho de 2018. Possibilidade de crédito carbono, vem
206 das áreas de compensação ambiental, entre outras atividades que promovam maior
207 sustentabilidade do uso de recursos naturais. Já iniciamos um trabalho junto com a Fundação
208 Florestal para que haja um olhar especial para esses dois parques, como o atendimento aos
209 proprietários e suas demandas, entre outras ações, como, por exemplo, solicitar aos respectivos
210 cartórios de imóveis a anotação do gravame nas matrículas. E aqui, para finalizar, como já trouxe
211 aqui ao conselho, a importância da fiscalização. Não se faz nada sem a gente ter fiscalização
212 eficaz e eficiente. Esqueça, não dá para a gente fazer, até falar em mudanças climáticas e
213 fiscalização, uma coisa não acontece. E aqui, eu digo o seguinte, que o conselho, quem fiscaliza
214 o combate das invasões e desmatamentos são os proprietários, além dos órgãos públicos. Então,
215 hoje nós temos trabalhado muito nesses parques com demandas, hoje de campo, nós temos hoje

216 a participação, inclusive, da autora Joana, do Ministério Público do Estado, que vai conosco no
217 campo fazer essas demandas. Então precisamos ter um olhar diferente para esses dois parques,
218 que hoje são parques que não foram desapropriados, hoje eles estão ainda, os proprietários são
219 quem estão lá, e nós temos demandas todos os dias, e só quem vai para o campo, quem conhece
220 lá o chão da fiscalização sabe das dificuldades que nós temos. Então fica aqui a minha colocação,
221 a minha sugestão de que a gente faça um trabalho um pouco mais próximo desses dois parques
222 que ainda hoje não foram desapropriados e se sabe que vai demorar muito tempo, e que nós
223 possamos fazer um trabalho com relação aos parques. Muito obrigado pelo espaço.

224

225 **00:23:01 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Gostaria de convidar agora o
226 conselheiro Alexandre Perinotto. Por favor, bom dia, professor. A palavra é sua.

227

228 **00:23:10 Alexandre Perinotto:** Bom dia. Na pessoa da nossa secretária cumprimento todas as
229 pessoas que participam desta reunião. Eu, com muita alegria, quero comunicar, dar ciência a todo
230 esse conselho, que nós temos a nossa primeira reitora da Unesp, é a professora Maysa Furlan.
231 Na consulta interna, obtive 68% dos votos, e foi oficializada agora na quinta-feira pelo nosso
232 governador como a reitora da Unesp para mandato de quatro anos a partir de 2025. É um fator
233 muito significativo para todos nós. Eu pergunto a respeito do andamento da proposta de Projeto
234 de Lei que passou pelo CONSEMA na reunião anterior, em que situação se encontra. Também
235 pergunto se já foi publicada oficialmente a composição do Conselho Estadual de Mudanças
236 Climáticas, e questiono a respeito, acho que já teve audiência pública, eu, infelizmente, não
237 consegui participar, a respeito da construção do, acho que é o anel viário de Piracicaba, e aí tem
238 toda a questão das compensações. Eu gostaria de colocar aqui que existem muitos projetos
239 envolvendo toda a região metropolitana de Piracicaba, inclusive um que até o Trani mencionou
240 na reunião anterior, que tem a ver com esse grande projeto da Unesco, nós coordenamos, a
241 respeito das compensações da construção dessa grande obra em torno de Piracicaba, para que
242 estas compensações pudessem ser realizadas em projetos do próprio território. É isso, muito
243 obrigado, que tenhamos uma boa reunião.

244

245 **00:25:22 Anselmo Guimarães:** Conselheiro, só para esclarecer uma questão: você falou sobre
246 um PL. Você pode só repetir, porque eu acho que eu...

247

248 **00:25:32 Alexandre Perinotto:** É o PL da geodiversidade, Anselmo, que nós aprovamos a
249 tramitação dele, deve ter ido para alguma Câmara Técnica.

250

251 **00:25:39 Anselmo Guimarães:** Sim, a Comissão Temática de Políticas Públicas. Perfeito, está
252 no radar, conselheiro. A gente pode até conversar sobre isso, fazer esse planejamento das
253 próximas reuniões da Comissão Temática, até fazendo aqui, não quer dizer uma mea culpa, mas
254 um registro à presidente da Comissão Temática, que é a Marina, ela está correndo o estado com
255 as reuniões do PEARC, então, como as outras comissões estavam com bastante trabalho, a gente
256 priorizou as outras comissões esse mês, mas está no radar, sim, conselheiro, então já fica aqui
257 secretário, até...

258

259 **00:26:14 Alexandre Perinotto:** Eu aproveito para dizer a você, que como é um tema

260 relativamente desconhecido, não que as pessoas não conheçam a profundidade, mas me coloco
261 à disposição, caso seja necessário, para participar desta Câmara e dar os devidos esclarecimentos.
262

263 **00:26:31 Anselmo Guimarães:** Com toda certeza, presença mais que necessária, professor,
264 muito obrigado. Gostaria de convidar agora o próximo conselheiro a fazer uso da palavra, o
265 conselheiro Andrés Vernet. Conselheiro, bom dia, por favor.
266

267 **00:26:31 Andrés Vernet:** Bom dia a todos, diretores, secretária, todos os participantes. Gostaria
268 de fazer duas perguntas ao diretor da Cetesb, o senhor Thomaz: primeiramente sobre nossos
269 ofícios. Nós temos vários ofícios pendentes desde o mês de agosto do ano passado. São várias
270 denúncias sobre grandes fabricantes que estão fora da lei. Eu gostaria de ter uma posição disso,
271 já faz mais de um ano, então a gente gostaria de pedir para que fosse dada uma prioridade nesses
272 casos. Segundo ponto, gostaríamos de saber se tem alguma posição a respeito do andamento das
273 melhorias do VRA, que o próprio senhor Thomaz disse que estaria fazendo algumas melhorias.
274 Nós nos propusemos a participar disso e não fomos comunicados de nada. Então, principalmente
275 para que haja a devida transparência dessa situação, dessas melhorias, porque foram apresentados
276 diversos casos de graves irregularidades disso, de desmatamento, licenciamento indevidos. Então
277 gostaríamos de saber como é que está essa posição, principalmente também de casos apontados
278 pela Gilda de desmatamento no Litoral Norte, forma muito suspeita que está acontecendo lá há
279 muitos anos. Então gostaria de ter uma posição, senhor Thomaz, da Cetesb, a respeito desses
280 dois assuntos. Muito obrigado.

281
282 **00:28:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Vamos passar aqui a próxima
283 inscrita, a conselheira Maria Eduarda San Martin. Por favor, conselheira, seja bem-vinda, bom
284 dia.
285

286 **00:28:40 Maria Eduarda San Martin:** Bom dia a todos. Cumprimento aqui, em nome da nossa
287 secretária Natália, os demais colegas, desejo uma excelente reunião para todos nós. E venho aqui
288 trazer uma mensagem do presidente da ANAMMA São Paulo, Rogério Menezes, que deve entrar
289 um pouquinho mais tarde, sobre dois eventos, duas oportunidades que nós estamos fazendo
290 parceria com a SEMIL. Então, a primeira delas é a respeito de um curso que deve acontecer no
291 início de 2025. É um curso de logística reversa no licenciamento ambiental municipal. Então,
292 como sempre, a SEMIL e a Cetesb, muito parceiras dos municípios, muito parceira da
293 ANAMMA. Esse curso começou a ser desenhado em três módulos, e a ideia é que ele seja
294 majoritariamente online, mas o último modo ele possa ser híbrido, então a gente está trabalhando
295 para que isso possa acontecer, e agradecemos, mais uma vez, essa parceria desse futuro projeto.
296 Um outro ponto que eu gostaria de destacar é convidar a todos os senhores, é que a ANAMMA
297 também, junto com a SEMIL, vai fazer uma apresentação online do PEARC, no dia 28 de
298 novembro, às 14 horas, voltada para os municípios também, mas, claro, que todos estão
299 convidados. É mais uma forma de levar esse importante instrumento, elaboração desse
300 importante instrumento para cada vez mais pessoas e para a sociedade em geral. Então esses são
301 os dois recados, eu agradeço e desejo, mais uma vez, uma boa reunião.
302

303 **00:30:23 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira. Antes de passar aqui a palavra

304 para o coronel Navarro, até para encerrar, gostaria de chamar aqui o Alberto Sardilli,
305 representante da Faesp, ele pediu para fazer uso da palavra. Aqui nós temos ainda algum tempo,
306 por favor, conselheiro, a palavra é sua.

307
308 **00:30:48 Alberto Sardilli:** Bom dia a todos. É uma satisfação estar hoje aqui na reunião do
309 CONSEMA. Secretária Natália, parabéns pelo trabalho. Saúdo aqui todos os presentes e aqueles
310 que estão virtualmente acompanhando. Em nome da Faesp, eu gostaria de fazer um convite para
311 a secretária, para visitar-nos e conhecer o projeto Integrar. É um projeto que a Faesp, o cenário,
312 vem desenvolvendo junto aos sindicatos rurais, e visa fazer praticamente um Censo Rural,
313 visitando todas as propriedades rurais, levantando as características sociais e econômicas, tudo
314 o que envolve o campo, e isso vai ser uma ferramenta importante, como o banco de dados, para
315 subsidiar projetos e trabalhos. Então, gostaria de deixar consignado esse convite, secretária, de
316 tomar um café lá com o nosso presidente, Tirço, que manda um abraço, e conhecer um pouco
317 dessa proposta de trabalho.

318
319 **00:31:44 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Agora, coronel Navarro. Seja
320 bem-vindo, conselheira, a palavra é sua.

321
322 **00:31:50 Leandro Navarro:** Bom dia a todos, senhores e senhoras conselheiros. Os novos
323 empossados, tenham muito sucesso, e meus parabéns. Secretária, Natália, bom dia, bom dia a
324 todos. Só fazer um agradecimento e dois convites. Um agradecimento, mais uma vez, ao doutor
325 Daniel pela palestra que ele nos honrou lá na Baixada Santista, na semana passada, preparando
326 e capacitando nossos técnicos e os nossos oficiais, policiais militares para o programa de
327 Conciliação Ambiental do Estado de São Paulo. Isso é importante. Obrigado, doutor Daniel, e é
328 mais um trabalho que a gente faz para poder prestar um serviço de qualidade para nossa
329 sociedade paulista. E aí, fazer um convite, nós vamos, e dentro de um programa já preparando
330 para o ano que vem, secretária, nós vamos fazer o 11º Encontro Técnico com o Setor
331 Sucroenergético. Isso vai ocorrer dia 5 de dezembro lá em Bauru, no auditório do Copom, às
332 8:30 da manhã. Todos estão convidados também, que quiserem participar. É um encontro com a
333 Única, com a Orplana e com a Udop A gente procurou abranger quase 100% das instituições que
334 cuidam do sucroenergético no estado, para gente, exatamente, fazer um balanço de 2024, e já
335 preparar a batalha de 2025. Então, estão todos convidados. Eu trago aqui essa notícia, que é
336 importante para a gente compartilhar. Dia 5 de dezembro, lá em Bauru, auditório do Copom.
337 Depois eu até encaminho o convite virtual para todos os senhores. E no dia 12, às 11 horas, lá na
338 sede do comando, nós vamos ter o 75º aniversário da Polícia Militar Ambiental. É a maior
339 instituição policial e a mais antiga das Américas voltada à proteção dos recursos naturais. Então,
340 eu faço um convite a todos, também aos conselheiros. Vai ser uma honra para nós, a nossa
341 secretária aqui vai receber uma medalha nossa, do cinquentenário, a nossa maior honraria, então
342 vai ser muito honroso para nós e uma alegria poder comemorar esse ano, que foi um ano difícil,
343 um ano de batalhas, mas que a gente chega no final do ano, graças a Deus, renovados e vitoriosos.
344 Então, parabéns secretária, pelo trabalho, e conte com policiamento ambiental sempre. Obrigado,
345 senhores.

346

347 **00:34:28 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, coronel Navarro. Com isso, nós encerramos
348 aqui os inscritos, então agora, com a palavra, a senhora secretária Natália, para os seus
349 esclarecimentos.

350

351 **00:34:37 Natália Resende:** Obrigada, Anselmo. Vou aqui pela ordem. O Ricardo falou aqui da
352 questão das mudanças climáticas, erosão, principalmente. Isso está muito no nosso radar. É algo
353 que a gente vem conversando muito com os vários atores, são muitos atores envolvidos, e a gente
354 precisa entender o que cada um, dentro das suas competências, tem que fazer e tem que fazer de
355 forma harmoniosa. E dentro até do nosso plano, do PEARC, eu vou citar algumas ações que a
356 gente colocou e que, claro, aí tem uma governança multinível aqui, que a gente fala, mas que a
357 gente precisa colocar para debate, precisa mostrar e ver como é que a gente aprimora também.
358 Então, se vocês olharem no eixo de biodiversidade do nosso plano, lá na ação 1.5, tem: apoiar a
359 recuperação dos solos; na parte de segurança hídrica também, no 1.1, fomentar a criação de
360 parques urbanos, infraestruturas verdes, nas áreas mais suscetíveis a eventos hidrológicos
361 extremos. Na parte de segurança alimentar e nutricional, ampliar e fortalecer a manutenção e
362 conservação de estradas rurais e algumas outras subações também, que vão muito nessa linha,
363 claro, a gente colocou também consulta para melhorar e já estamos fazendo muitas coisas nesse
364 sentido, desde a plataforma que eu comentei, que informação é muito importante para a gente
365 fazer políticas públicas de qualidade, daí as mais de 1.426 visitas que a gente fez, que estão
366 registradas lá na plataforma, os mais de 7.278 pontos aqui na região metropolitana que a gente
367 tem mapeados lá para conseguir fornecer também, seja olhando o interior, região metropolitana,
368 parte de zona costeira que, inclusive, agora a gente começou, continua junto com o BID, ou que
369 a gente vem desenvolvendo, o que eles nos ajudaram a fazer, tanto para a plataforma quanto
370 agora, num projeto piloto para o litoral, ali, litoral norte, Ubatuba, que a gente conta agora com
371 um financiamento de 450 mil dólares para a gente conseguir avançar nessa pauta. E aí, claro,
372 precisa sim da participação dos municípios, precisa da gente entender como é que a gente faz
373 essa cooperação contínua, porque, muitas vezes, parte de competência de parcelamento e uso do
374 solo, que a gente precisa do engajamento de todo mundo para ver o que é área de risco, a gente
375 está fazendo isso muito dentro dos Comitês Técnicos da URAE I, porque a gente tem o desafio
376 de universalizar até 2029, está posto na lei, está posto nos contratos, só que, para a gente levar
377 saneamento, água e esgoto, a gente precisa levar para áreas que, ou estejam consolidadas, ou
378 passíveis de regularização, então esse é um cuidado que a gente está tendo.

379

380 **00:37:37 Ricardo Crepaldi:** Secretária, só um ponto. Talvez se as erosões fossem consideradas
381 áreas de risco, e aí se elas fossem mapeadas, isso já traria, pelo menos, um direcionamento do
382 problema. Elas constarem também como áreas de risco, não áreas de risco somente em alguns
383 locais que a gente considera aqui em São Paulo, principalmente áreas que possam ter
384 desmoronamento, etc., mas também as erosões, que elas fazem ao contrário.

385

386 **00:38:02 Natália Resende:** Toda vez que a gente fala de mapeamento, considerando o índice
387 geológico, geotécnicos, esses fatores, a gente está considerando o efeito de erosão sim, e nos
388 mapas da Defesa Civil tem essas indicações. Então, se eu tiver falando bobagem Nalon, você me

389 corrige aqui, mas nesses estudos que a gente tem, a gente tem sim já todo um detalhamento, um
390 olhar para isso. O que acho que a gente tem que avançar não só no estado de São Paulo, acho
391 que aqui a gente já avançou muito, mas olhando no Brasil, em parte de Defesa Civil, é entender
392 o nosso sistema de proteção de Defesa Civil nos seus componentes de, além da resposta e
393 recuperação, que aí eles acontecem enquanto já tem um desastre, principalmente na prevenção,
394 na preparação e mitigação, e aí você tem que considerar áreas em iminência, vamos colocar
395 assim. Então eu acho que isso, de forma geral, para o Brasil, é uma coisa a se avançar e que o
396 estado de São Paulo já vem trabalhando, a nossa Defesa Civil é bastante preparada, faz muitas
397 obras olhando questão de talude, dessa parte geológica, geotécnica, e a gente tem, dentro do IPA,
398 um órgão centenário em relação a essas pesquisas, essas informações, que é o pessoal do Instituto
399 Geológico, enfim, não sei se você quer me complementar, Nalon, mas...

400

401 **00:39:30 Marco Nalon:** Bom dia, só para complementar. O processo erosivo a que você está se
402 referindo, existem alguns mapas que tem os grandes processos, mas o que a gente tem para o
403 estado inteiro é o mapa de suscetibilidade. Então, isso é bem conhecido pela questão da geologia
404 do solo, dessas áreas mais suscetíveis, né? Então, é um processo que ocorre, ele pode ser sanado,
405 então não é um mapeamento contínuo dele que vai resolver, mas sim uma ação, principalmente
406 em relação ao uso do solo, práticas agrícolas. E o risco vai acontecer, na verdade, quando ele vai
407 atingir alguma infraestrutura, está próximo da cidade, a isso eu acho que o senhor está se
408 referindo. Então, os mapeamentos existentes já dão uma boa indicação das áreas que têm maior
409 suscetibilidade, são mais vulneráveis. Então, acho que o passo anterior é, às vezes, antes dos
410 planos diretores avançarem, de certa forma, olhar também esses mapas para ver se cabem os usos
411 que estão sendo colocados ali. E, normalmente, acaba ocorrendo em áreas agrícolas, mas aí tem
412 as boas práticas do solo também que podem sanar bastante isso.

413

414 **00:40:44 Natália Resende:** É o que a gente tem tentado fazer. Além dessas ações de
415 planejamento, de trazer a sociedade, é capacitação. Então a nossa equipe, a Kitty está aqui, o
416 pessoal faz um trabalho maravilhoso que a gente faz, seja no plano, seja na parte de, a gente já
417 chegou a mais de 150 municípios capacitados em relação ao Zoneamento Ecológico Econômico,
418 exatamente para quando forem fazer os seus planos diretores, para poder observar também tudo
419 que a gente já tem de informação. E aí, isso é importante, é super relevante, então a gente
420 agradece também a contribuição que você trouxe aqui para a gente. Beloyanis, já está aqui na
421 agenda. Até confirmei, a gente ia lá, né? Só que o pessoal informou aquele dia que estava tendo,
422 acho que ia ter chuva intensa, enfim. E aí que eles recomendaram que a gente fosse depois. Mas
423 estava tudo pronto também para a gente ir naquele dia. Agora está aqui, dia 13 de dezembro,
424 você vai junto com a gente? Podia, não é? Fica o convite aqui também, o convite cruzado. Não,
425 acho que é bom. Eu sei que o pessoal da SOS já acompanha esse tema há um tempo, ia ser legal
426 se vocês pudessem ir com a gente também, a gente fazer isso de uma forma ampla, enfim,
427 discutir, abrir diálogo lá com eles. Acho que o Jonatas te mandou mensagem, e aí, até para deixar
428 aqui que amanhã é o último prazo para parte da sociedade civil, para participar, então, só também
429 convidando todos aqui a participar em relação à Conferência Estadual, que o Beloyanis trouxe.
430 E aí a gente vai te atualizando também, tá bom? Na parte que o Victorino falou aqui da
431 fiscalização, a gente tem como norte aqui essa questão de fiscalização, de monitoramento, de

432 regulação. E aí, deixar nossos agradecimentos tanto à nossa Coordenadoria, que é a CFB, quanto
433 ao nosso policiamento ambiental, né coronel. Tanto, que não é por menos, vocês devem ter visto,
434 passou no Jornal Nacional, esqueci de falar aqui nos informes, que depois de 15 anos, pela
435 primeira vez, a regeneração supera o desmatamento aqui na Mata Atlântica, e isso é fruto de
436 fiscalização também, com certeza. Então a gente tem feito um trabalho muito forte, a gente fica
437 muito orgulhoso aqui das nossas equipes, a quem a gente agradece muito. Parque Guarapiranga,
438 que é exemplo de regeneração, então é o que a gente quer fazer cada vez mais e depois passa
439 para a gente direitinho, que a gente vai, a gente olha tudo que tiver errado, a gente vai corrigir,
440 com certeza. O professor Alexandre perguntou sobre o conselho, já foi, sim, então já foi definido
441 quatro organizações da sociedade civil representando ambientalistas e ruralistas. Foram eleitos
442 para integrar o conselho, e agora, o que a gente pretende, é também levar o nosso Plano de
443 Adaptação para a apresentação no âmbito do conselho. A gente já fez isso no Comitê, e a gente
444 vai levar para o conselho. Lembrando que a gente tem essa governança estabelecida pela PEMC,
445 e é uma governança que é muito importante a gente seguir, porque independentemente das
446 pessoas, as instituições têm que funcionar e é o que a gente tem tentado efetivar cada vez mais
447 aqui no estado. Então, a gente tem um conselho, que agora conta, assim, já com as organizações,
448 com toda a sua composição completa, e também o Comitê Gestor, com as suas atribuições lá
449 postas pela Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas e pelo decreto regulamentador.

450

451 **00:44:30 Alexandre Perinotto:** Secretária, seria possível o Anselmo nos encaminhar, então, a
452 publicação com a composição do conselho, por gentileza?

453

454 **00:44:37 Natália Resende:** Claro, a gente encaminha sim, pode deixar. Do anel viário, eu estou
455 olhando, professor, aí eu passo pra você direitinho, estou vendo aqui. O PL, o Anselmo já falou.
456 Depois eu vou passar, Thomaz. Eu não sei se a Mayla te passou, e depois eu passo para vocês.
457 A Maria Eduarda, só agradecer aqui a parceria da ANAMMA, Maria Eduarda, para a gente é
458 sempre um prazer enorme fazer eventos, trocar ideias, enfim, tem sido muito profícua sempre as
459 nossas interações. Roberto, quero muito. Vamos lá, esse é um assunto que é muito importante
460 aqui para a gente, só para você ter ideia, o que a gente tem feito junto com a Secretaria de
461 Agricultura? A gente tem compartilhado dados que o pessoal tem em relação a levantamento.
462 Não vou chamar de Censo, mas levantamento rural, até para a gente conseguir passar para a
463 nossa parte de saneamento, para a Sabesp, por exemplo, aonde que eles têm que ir para levar
464 água e esgoto, qual a tecnologia que é mais adequada. Então isso, para as nossas outras políticas
465 públicas, também é muito importante, além da informação em si, então, bem interessante, não
466 sabia, o dia que vocês me chamarem, eu vou lá tomar um café para a gente, então, pronto, então
467 vamos. Tá, mas eu já vou passar aqui, de qualquer forma, que a gente não tem muita formalidade,
468 não, você me chama, eu vou. E aí eu quero saber, sim, acho que vai ajudar bastante a gente, não
469 só na parte rural mesmo, mas saneamento, acho que é bem relevante. E, bom, reforçar o convite
470 do nosso coronel, do nosso comandante aqui para todo mundo participar, que é muito importante,
471 gente, se vocês puderem participar, essa parceria, essa educação também que a gente tem feito,
472 conscientização, na parte de todos os setores, é muito relevante, então a parte do setor
473 sucroenergético também, a gente tem tido uma parceria, seja para essa questão de enxergar as
474 nossas potencialidades, por exemplo, de geração de biometano. Não sei se vocês viram, a gente

475 fez um estudo com a Fiesp em que a nossa potencialidade aqui, em virtude da gente ser o grande
476 produtor nacional de cana, 40, 45%, é algo que a gente quer desenvolver mais, até por conta da
477 pauta de descarbonização de energia limpa. A gente produzia 30 mil m³ de biometano/ dia, depois
478 que teve a inauguração lá da planta em Caieiras, no aterro de Caieiras, a gente passou a produzir
479 100 mil m³/ dia, e a gente tem uma potencialidade, de acordo com esse estudo da Fiesp que a
480 gente fez em conjunto, de chegar a 6.5 milhões de metros cúbicos/ dia, o que representa 50% do
481 que a nossa indústria precisa, ou seja, a gente pode abastecer 50% da indústria aqui do estado de
482 São Paulo, se assim for viável, claro, isso são estudos, com biometano, que é um combustível
483 muito limpo, e vem de onde? Vem, uma grande parte do setor sucroenergético, e uma parte de
484 resíduos sólidos, que é por isso que eu falei no início da minha fala da gente gerar economia
485 circular, ter escala e ver como é que a gente pega os nossos resíduos e, como lá no aterro de
486 Caieiras, gera biogás, gera o biometano, e forma essa economia circular de uma forma concreta.
487 E aí, para isso que a gente está fazendo também essas parcerias, está entendendo como é que a
488 gente consegue superar os gargalos para ter uma economia mais verde, para ter descarbonização.
489 Então, só reforçando aqui o convite do nosso comandante. Acho que é isso. Thomaz, Mayla, não
490 sei se vocês querem comentar alguma coisa, o Daniel também quer falar, né?

491

492 **00:48:47 Thomaz Toledo:** Bom dia. Eu cheguei atrasado, e a Mayla anotou aqui, né? VRA e
493 logística reversa, não é isso? Eu vou pedir primeiro para Mayla fazer a resposta, porque ela estava
494 aqui acompanhando, e depois eu complemento.

495

496 **00:49:03 Mayla Fukushima:** Bom dia. Andrés, em relação aos ofícios sobre logística reversa,
497 a gente tem respondido as demandas, até os ofícios do ano passado, a gente tem respondido, mas
498 de qualquer forma, a gente vai verificar, dar uma checada o que ficou para trás. Em relação ao
499 VRA, a Cetesb tem trabalhado na melhoria do VRA para essas questões de supressão de
500 vegetação, e tem feito testes até para ver se uma das funções está sendo bloqueada em relação à
501 supressão de vegetação. Depois desses testes, a gente vai informar formalmente o CONSEMA,
502 tá bom?

503

504 **00:49:51 Thomaz Toledo:** Bom, para os ofícios, Andrés, acho que poderia encaminhar ou para
505 a Secretaria Executiva do CONSEMA, ou diretamente para a gente a relação dos ofícios e a
506 gente, se não foi respondido ainda, a gente cobra lá para que a gente atenda esses
507 questionamentos, daqui até a próxima reunião a gente já limpa essa pauta. E para o VRA, a gente
508 vem discutindo, ao longo do ano, aqui no CONSEMA, de alguns conselheiros a gente já recebeu
509 também bastante reclamação sobre o funcionamento do VRA especialmente nas regiões do
510 litoral, e o VRA dá bastante trabalho para a gente, principalmente na região do litoral norte.
511 Acaba que a gente tem sido muito demandado na verificação pós emissão do VRA, então a gente
512 está discutindo uma forma de deixar de aplicar o VRA e aplicar o licenciamento ordinário nessas
513 regiões onde a gente tem muito questionamento, a gente está fazendo ajustes nos nossos
514 procedimentos para que a gente faça isso já na virada do ano, a partir do ano que vem. O
515 licenciamento vai ser feito a autorização para supressão de vegetação, vai ser feito pelo
516 procedimento ordinário, tendo em vista que o trabalho para a Cetesb é muito maior de fazer o

517 acompanhamento pós autorização, do que da forma como está sendo operacionalizado o VRA
518 nos dias atuais.

519

520 **00:51:25 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Thomaz. Conselheiro Daniel
521 Smolentzov.

522

523 **00:51:29 Daniel Smolentzov:** Bom dia a todos. Agradecer primeiramente ao coronel Navarro e
524 ao João Thiago Mele pelo convite no evento no Guarujá, muito obrigado. Fiquei muito honrado
525 e, de fato, foi um evento bastante proveitoso. Que possamos repeti-lo em outras ocasiões, contem
526 sempre comigo, por favor. Também agradecendo a conselheira Amanda Modotti, que é nossa
527 colega responsável pelo contencioso ambiental da Procuradoria Geral do Estado. Vou prestar um
528 esclarecimento, a tecnologia é uma maravilha, né? Nós estávamos aqui na reunião, eu já recebi
529 o WhatsApp dela atualizando o assunto sobre essa questão trazida pelo conselheiro Victorino,
530 do parque estadual de Itaberaba. Então, conselheiro e demais, a conselheira Amanda aqui me
531 informou que nós estamos, na Procuradoria Geral do Estado, trabalhando em conjunto,
532 fortemente com o Ministério Público, viu, doutora Cláudia, para desenhar, então, uma atuação
533 jurídica das duas instituições para que nós possamos reverter e também prevenir essas ocupações
534 irregulares no parque estadual de Itaberaba. Então, acho que já está numa fase bastante avançada
535 desse trabalho, não posso entrar em detalhes porque nós estamos na fase de estruturação da
536 atuação conjunta das instituições, mas em breve já teremos a questão mais fática, mais concreta,
537 os senhores vão ver a nossa atuação, espero que seja bastante exitosa na preservação da Unidade
538 de Conservação. Sem prejuízo, obviamente, de todo o trabalho feito aqui pela CFB e pela Polícia
539 Militar Ambiental, né? Mas nós temos uma fase, em razão da situação fática, que é uma fase
540 jurídica que nós precisamos do poder judiciário. Então, é isso que está sendo estruturado pela
541 Procuradoria Geral do Estado em conjunto com o Ministério Público. Muito obrigado.

542

543 **00:53:35 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado a todos e a todas. Estamos conseguindo vencer
544 o expediente preliminar na primeira hora da reunião. Notei aqui que tem a mão levantada da
545 doutora Cláudia Habib. Eu acho que ela gostaria de fazer algum comentário, por favor.

546

547 **00:53:50 Claudia Maria Lico Habib Tofano:** Bom dia a todos, bom dia, secretária, todos os
548 conselheiros. Peço desculpas pela quebra do protocolo. Em relação ao que foi colocado em
549 função das erosões, dos riscos decorrentes agora dessas chuvas fortes, temos essa previsão,
550 especialmente no final do ano, eu só queria fazer alguns comentários, tudo o que foi colocado
551 pelo conselheiro, justifica, sem dúvida alguma. Nós estamos muito preocupados e a nossa
552 preocupação é tão grande quanto a preocupação do fogo, da estiagem, no gerenciamento de
553 riscos, no sentido de evitar desastres em função de alagamentos, enchentes e inundações. E o que
554 a gente percebe com os municípios pequenos? A dificuldade é financeira. Os municípios
555 pequenos sabem quais são as áreas de risco, eles conseguem identificá-las. Nós estamos fazendo
556 esse trabalho, inclusive, que seja, planos de contingência nesse sentido, mas há dificuldade
557 financeira na correção. E os pontos que tem aparecido agora, vejam só, nós temos, por exemplo,
558 Barrinha, vou citar o município de Barrinha, um município em torno de 30 mil habitantes. Uma
559 ponte desmoronou no córrego, o córrego Jatobá ali, o município não tem recurso para reconstruir

560 a ponte, e a última chuva fez com que ruínas da ponte caíssem novamente, ocorre o represamento
561 da água, hoje nós estamos ali numa situação de emergência, já falamos com a Defesa Civil do
562 estado, porque esse represamento da água vai implicar em alagamento de casas, inclusive
563 destruição de casas próximas. Então essa situação, de fato, é uma situação super grave, temos
564 outras situações. Pontes em vicinais também com risco de desmoronamento. Aí temos o trabalho
565 em parceria com o DER, com os municípios, mas o trabalho, no momento, em função da falta
566 de recurso, é um trabalho emergencial para conter risco. A grande dificuldade está no recurso
567 para reconstrução. E é curioso que, nada obstante a identificação, os municípios, de fato, não
568 dispõem desse recurso. Nós conversamos, secretária, com a Defesa Civil do estado, existem
569 algumas parcerias, inclusive emergenciais para essa situação de risco, mas isso, de fato, é um
570 problema muito grave. Nós vamos trabalhar, inclusive, no recesso, junto com os nossos técnicos,
571 com o CAEC, em regimes, assim, emergencial, voltado para essas situações. Não estou
572 mencionando a questão do litoral, que a gente já sabe, mas aqui do nosso interior, que essa
573 situação de fato, aqui, está muito crítica. Bom, em relação ao que o doutor Daniel colocou, nós
574 tivemos uma reunião, doutor Daniel, segunda-feira com a doutora Joana, inclusive para tratar
575 dessa questão. Ela está bastante animada, né? Aí, se Deus quiser, teremos bons resultados. E
576 coronel Navarro, parabéns pelo trabalho, por essa reunião que será feita em Bauru com o setor
577 energético, já de extrema importância. Estamos trabalhando, já aqui firmes na preparação da
578 próxima estiagem. Bom, era isso. Eu peço desculpas pela quebra do protocolo. Agradeço a todos,
579 uma boa reunião, muito obrigada.

580

581 **00:57:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutora Cláudia, muito obrigado. Devidamente
582 registrado. Gostaria, então, de convidar a todos a gente entrar na ordem do dia, sendo que o
583 primeiro item é a apreciação da proposta de ampliação da Estação Ecológica de Assis e da
584 Floresta Estadual de Assis, no município de Assis, de responsabilidade da Fundação para a
585 Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo. Para isso, nós vamos convidar o
586 Rodrigo Antonio Braga de Moraes Victor, nosso conhecido Rodrigo Victor, da Fundação
587 Florestal, novamente está aqui conosco no plenário do CONSEMA. Rodrigo Victor, seja bem-
588 vindo, ele tem uma exposição para fazer dos trabalhos. Muito obrigado pela participação.

589

590 **00:57:58 Rodrigo Antonio Braga de Moraes Victor:** Bom dia, Anselmo, bom dia, secretária,
591 bom dia, conselheiros. A gente vai explicar, vai apresentar a proposta de ampliação de duas
592 Unidades de Conservação muito importantes da Fundação Florestal, que são a Estação Ecológica
593 e a Floresta Estadual de Assis. Muito bem, Assis está localizado no Oeste Paulista, e o histórico
594 dessas áreas remonta um pouco a própria história da produção madeireira no estado de São Paulo
595 e no Brasil. O grande impulsionador das florestas plantadas foi a ferrovia, no estado de São
596 Paulo, para fazer Dormentes. Então, essa área pertencente à Estrada de Ferro Sorocabana, parte
597 dela, em 1959, foi doada ao então Serviço Florestal do Estado de São Paulo, uma parte dela de
598 mais ou menos 1800 hectares. Em 1970, a totalidade da área da ferrovia foi transferida para o
599 então Instituto Florestal. Uma área de 4840 hectares, que continha tanto plantios florestais para
600 produção de Dormentes quanto também uma área bastante extensa de vegetação nativa,
601 especialmente de Cerrado, fisionomia de Cerrado. Em 1992, parte desse conjunto, parte dessa
602 área, foi transformada em Estação Ecológica, 1312 hectares, que correspondia justamente aquela

603 área de vegetação nativa, foi transformada em Estação Ecológica. E em 2002, foram feitas duas
604 medidas jurídicas: primeiro aquilo que era Estação Experimental de Assis foi transformada em
605 Floresta Estadual de Assis, foi categorizada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
606 E a Estação Ecológica foi ampliada, ela passou a abranger também uma área de reflorestamento,
607 que foi manejada para conversão e regeneração de floresta nativa. Então essa é a configuração
608 atual das Unidades de Conservação lá de Assis. O conjunto dessas áreas tem três grandes
609 objetivos principais, que é: Proteger o manancial de abastecimento da cidade de Assis, a gente
610 vai falar um pouco sobre isso; Proteger a mostra da biodiversidade regional, principalmente das
611 fisionomias de Cerrado e floresta estacional semidecidual, e produzir mudas, sementes e
612 produtos florestais, aquela é uma área também de produção florestal. Nós estamos duas
613 categorias de manejo juntas, adjacentes. Para quem não está ainda muito familiarizado com as
614 categorias do SNUC, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma floresta estadual é
615 uma categoria do grupo de uso sustentável, e ela tem o objetivo duplo de conservação e de
616 manejo, e uso público também, então ela pode receber turismo, recreação, pode ser feito o plantio
617 e corte de árvores, exploração sustentável de recursos naturais, pesquisa, educação ambiental e
618 atividades de proteção. Isso é uma categoria bastante consagrada, diria que até no mundo inteiro.
619 Nos Estados Unidos existem mais florestas nacionais do que, por exemplo, a gente tem
620 praticamente o dobro de área de florestas nacionais em relação a parques nacionais. É uma
621 categoria bastante tradicional e objetiva esse uso múltiplo, inclusive de exploração e rendimento
622 florestal. E a Estação Ecológica é uma categoria de proteção integral, bastante restritiva, são
623 permitidas poucas coisas numa Estação Ecológica, basicamente a pesquisa científica, a educação
624 ambiental e as atividades de proteção. É uma categoria voltada bastante para proteção e pesquisa.
625 O conjunto dessas áreas lá em Assis tem um papel muito importante para o uso público da cidade,
626 é uma área bastante tradicional, conhecida como o Horto de Assis. Eu diria que as unidades de
627 Assis, com o conjunto de pesquisadores que tem lá, é uma unidade também de excelência em
628 termos de produção científica no estado de São Paulo e até no Brasil. Pesquisa em melhoramento
629 florestal, produção florestal, restauração, hidrologia e ecologia, é uma das áreas mais bem
630 estudadas do estado de São Paulo e em várias das suas dimensões ecológicas. As atividades de
631 restauração são bastante intensas também, tanto para conservação da biodiversidade quanto para
632 produção e proteção de recursos hídricos. E para além das atividades desenvolvidas dentro da
633 unidade, existem também atividades de parceria e de assistência técnica no entorno da unidade,
634 inclusive com o fomento e ajuda nos esforços de restauração dessa Zona de Amortecimento.
635 Falando um pouquinho do histórico da ampliação dessas unidades, o que gerou, o que motivou
636 a ampliação foi a construção das usinas hidrelétricas, Canoas I e Canoas II no Rio Paranapanema,
637 isso gerou recursos de compensação ambiental e foram sugeridas uma série de áreas para serem
638 adquiridas no entorno, justamente na região, justamente para ampliação das unidades de Assis.
639 E essa listagem, dentro dessa listagem definida, inclusive aqui nessa casa, pelo CONSEMA, em
640 1999, foram adquiridas duas glebas, duas áreas, em 2006. Em 2013, foi editado um Decreto
641 governamental autorizando o estado a receber essas áreas em doação. Em 2018, houve a efetiva
642 incorporação desses imóveis na fazenda pública do estado. No ano passado foi iniciado o
643 processo de classificação dessas áreas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação e,
644 inclusive, no ano passado também foi realizada uma audiência pública no município de Assis.
645 Quais são essas áreas a que nós estamos nos referindo? Vamos falar sobre elas. Primeiro, essa

646 área delimitada em azul é uma área encravada dentro da atual Floresta Estadual de Assis, e ela
647 vai justamente servir para ampliar a Floresta Estadual de Assis. Essa é a fisionomia dessa área,
648 é uma área de 121 hectares, e ela tem um histórico de uso agropecuário, que esse uso foi
649 abandonado e começou a haver a regeneração da área. Então, aproximadamente 25% da área são
650 fisionomias de Cerrado, e os outros 76% são atividades com interferência antrópica, incluindo,
651 inclusive, uma área bastante expressiva de restauração já efetuada pela equipe técnica da Floresta
652 Estadual de Assis. Então a gente tem uma série de usos desse imóvel, e não foi difícil concluir
653 que a melhor maneira seria destinar essa área para ampliação da Floresta Estadual, ela tem toda
654 a vocação e as características de uma floresta estadual. Nessas áreas, o que tem sido feito?
655 Atividades de proteção contra a caça, processos de degradação e incêndios, processo de
656 orientação aos usuários, implantação e manutenção de experimentos florestais, experimentos de
657 restauração, inserção da área no processo de atualização do Plano de Manejo da floresta. A
658 floresta vai entrar, tanto a floresta como a estação em processo de atualização do Plano de
659 Manejo, que já considera, já inclui essas áreas. Bom, existe uma possibilidade de uma gama
660 muito ampla de possibilidades de atividades, de ações de manejo nessas áreas, visando a
661 produção e o uso múltiplo de recursos florestais e vegetação nativa, pesquisa e também ações
662 para proteção dos recursos hídricos. E aí eu destaco que o conjunto dessas unidades de Assis, ela
663 é essencial para o abastecimento público da cidade. Dois dos três cursos d'água que abastecem a
664 cidade nascem e são abrigados pela Estação Ecológica e pela floresta estadual. As unidades de
665 Assis respondem por 70 a 75% do abastecimento público da cidade, então é muito importante, é
666 imperativo que o manejo dessas áreas também tenha como finalidade a produção e a conservação
667 hídrica. Inclusive, o córrego do Barro Preto, que abastece a cidade, passa dentro de uma dessas
668 áreas de ampliação, então, é fundamental que essa área esteja sendo incluída na floresta e que
669 tenha manejo e medidas de proteção de recursos hídricos. A outra área, ela se situa ao norte das
670 unidades atuais. Ela não é contínua, ela é disjunta, e é a área que vai servir para ampliação da
671 Estação Ecológica. Essa área tem essa fisionomia, é uma área que tem predominantemente
672 cerrado, mas também tem áreas de floresta estacional semidecidual. Assis está, justamente na
673 transição do bioma de Cerrado para o bioma Mata Atlântica, então tem essas transições dentro
674 das unidades lá da Fundação Florestal, e essas fisionomias estão presentes nessa área da
675 ampliação. Essa área de ampliação da Estação Ecológica, ela é 100% coberta por vegetação,
676 inclusive, essa área é o maior fragmento de vegetação no município de Assis fora das Unidades
677 de Conservação atuais. A proposta também é manejar para visitação com objetivos educacionais,
678 que é o que o SNUC prevê para uma Estação Ecológica, a realização de pesquisa, e até
679 possibilidades de interferência experimental para fins de pesquisa, que é você poder alterar em
680 até 3% a área do fragmento para poder fazer atividades de pesquisa. É necessário também
681 proteger essa área contra invasão, incêndios, processos de degradação, e essa área é cortada por
682 uma rodovia vicinal que já é utilizada, inclusive, bastante por ciclistas. Então, é bastante
683 importante fazer um processo de conscientização dos usuários que cruzam, que se utilizam dessa
684 estrada vicinal, e também conservar essa estrada para que ela não gere processos de degradação
685 para dentro da Estação Ecológica. Após as ampliações da Estação Ecológica e da Floresta
686 Estadual, esse vai ser o mapa, o novo mapa das unidades de Assis. Em vermelho a gente tem a
687 Estação Ecológica, a Estação Ecológica vai saltar de 1760 hectares para 1956 hectares. A floresta
688 estadual vai ampliar, vai passar de 2816 hectares, para 2937 hectares. A gente vai ficar com um

689 conjunto perto de 5000 hectares, 4893/94 hectares. Eu destaco que essa ampliação no interior do
690 estado é ainda mais simbólica e relevante porque, embora a gente tenha 24% do estado de São
691 Paulo coberto por vegetação nativa, de acordo com os dados do Inventário Florestal de 2020,
692 apenas 7% dessas áreas correspondem à Floresta Estacional Semidecidual, que é a Mata
693 Atlântica do interior. E dos 24%, apenas 1% é Cerrado. Então, a gente tem uma distribuição
694 muito desigual e uma proteção muito desigual das várias fitofisionomias, então, proteger Cerrado
695 no estado de São Paulo é algo muito necessário e qualquer fragmento é importante, ainda mais
696 um fragmento no caso da ampliação da Estação Ecológica, quase 200 hectares. Foi editada, foi
697 publicada a resolução SEMIL 86, no dia 18 de outubro passado. Isso é um rito previsto pelo
698 SIGAP, que é o Sistema Estadual de Gestão de Áreas Protegidas, que é necessário publicar essa
699 resolução e permitir que qualquer pessoa, qualquer cidadão que ache que houve qualquer falha
700 no rito procedimental de ampliação da unidade, pode entrar com o pedido de impugnação, então
701 não houve nenhum pedido de impugnação dessa proposta. Os próximos passos serão, após a
702 manifestação do CONSEMA, as análises jurídicas, tanto da consultoria jurídica desta casa, como
703 da AJG, no Palácio dos Bandeirantes e após isso, as unidades ficam em condições de serem
704 ampliadas mediante Decreto do governador do estado. Então, sucintamente, era essa
705 apresentação. A gente fica à disposição para responder aos questionamentos. Obrigado.

706
707 **01:15:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Rodrigo Victor, pela exposição novamente
708 aqui no plenário, sempre diligente aqui nas ampliações e alterações dos limites. Muito obrigado
709 e parabéns pelo trabalho, Rodrigo. A gente sempre acompanha nas audiências públicas, a gente
710 estava sempre presente com relação a tudo isso. Vamos passar, então, agora os debates. Vamos
711 passar para aqueles que quiserem se manifestar agora neste momento, o conselheiro Daniel
712 Smolentzov, conselheiro Victorino, conselheiro, Eduardo Leduc. Deixa eu ver aqui na internet,
713 também o conselheiro Djalma Weffort, vizinho lá da região. Perfeito, conselheiro Daniel
714 Smolentzov, por favor.

715
716 **01:15:51 Daniel Smolentzov:** Obrigado Anselmo. Quero parabenizar o Rodrigo Victor e toda
717 equipe da Fundação Florestal por essa proposta. Como bem colocado, qualquer metro de
718 conservação no interior de São Paulo é muito bem-vindo, principalmente de Cerrado. Então eu
719 fico extremamente feliz de ver a incorporação de duas áreas tão relevantes no nosso Sistema
720 Estadual de Unidades de Conservação. Parabéns pelo trabalho de todos os envolvidos.

721
722 **01:16:25 Rodrigo Victor:** Já agradecendo as palavras sempre gentis do Daniel, eu queria
723 mencionar que a gente tem aqui dois colegas da unidade de Assis, que é o Melo, da Fundação
724 Florestal, e Osmar Villas Boas, do IPA. Eles, na verdade, é que fizeram e conduziram e
725 coordenaram todos os estudos, e eles são verdadeiramente autores da proposta, já há muito
726 tempo, a gente aqui na sede está só coordenando esse processo de ampliação, mas eu quero
727 registrar o esforço deles e também convidá-los para, se tiver alguma pergunta mais específica,
728 para ajudar a esclarecer aqui.

729
730 **01:17:08 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Sejam bem-vindos. Por favor, conselheiro José
731 Eduardo Victorino.

732

733 **01:17:13 José Eduardo Victorino:** Parabenizar pela apresentação. Dizer que a Fundação
734 Florestal tem feito um trabalho excepcional. Queria cumprimentar meu amigo que está ali atrás,
735 escondidinho, muito bom te ver, cara. Você é um brigador, um lutador, bom vê-lo aqui. Um
736 grande abraço, de coração, viu? Eu acho que essas unidades são importantíssimas, né? Quando
737 você fala de Cerrado e Mata Atlântica, lá em Mairiporã é mais ou menos assim, Juquery é
738 Cerrado, e depois você pega a Mata Atlântica. Só teria uma pergunta que eu queria te fazer: essas
739 áreas, hoje, elas são públicas, ou elas são áreas, essa que vai ser ampliação, ou são áreas
740 particulares?

741

742 **01:17:54 Rodrigo Victor:** São áreas públicas. Elas foram adquiridas pela Companhia Brasileira
743 de Alumínio, a CBA, por conta da necessidade de compensação ambiental, e foram doadas ao
744 estado. Então hoje elas são 100% públicas, 100% regularizadas.

745

746 **01:18:12 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Eduardo Leduc. Seria a pergunta similar, já
747 contemplada, então. Conselheiro Djalma Weffort, bom dia, seja bem-vindo, por favor.

748

749 **01:18:32 Djalma Weffort:** Bom dia, Anselmo, bom dia a todos. Parabenizo também, Rodrigo,
750 pela apresentação, e fico muito, assim, satisfeito, porque a gente está trazendo o tema Cerrado
751 aqui para o nosso debate. É uma das poucas vezes que nós tratamos desse assunto. Eu teria
752 algumas considerações. Primeiro, a gente poder ampliar o debate sobre essas incorporações no
753 Plano de Manejo. O Plano de Manejo precisa ser enfatizado, e já houve discussões, inclusive de
754 recategorizar essas áreas numa nova Unidade de Conservação. Ela tem características para
755 parque estadual, parque estadual de cerrado. Pelo SNUC ela se qualifica a essa situação porque
756 tem visitação pública, tem manejo, tem educação ambiental e, saber também, qual é o alcance
757 dos compromissos em Canoas I e Canoas II, né? Porque assim, do meu ponto de vista, a
758 compensação de aquisição dessas duas pequenas áreas, eles estão muito aquém da necessidade
759 que nós precisamos para o Cerrado, e muito aquém das exigências que nós temos que fazer com
760 esse empreendimento no Rio Paranapanema. Foram duas usinas durante o impacto ambiental na
761 região, seccionando rios, vários problemas, nós todos já sabemos da barragem, e as
762 compensações são muito tímidas, né? Eu acho que nós teremos que pensar em corredor
763 ecológico, juntar todos esses fragmentos onde for possível. saber, inclusive, perguntaria para o
764 Rodrigo, estou vendo que o Melo e o Osmar também estão aí, se existe ainda recursos da
765 compensação ambiental de Canoas, que na época que o Rodrigo se referiu, em 1999, era de uma
766 estatal chamada Cespe, e se tem recursos para a manutenção dessa unidade. A outra questão é
767 que essa área, essas duas áreas, são, como já foi dito, manancial do município, possuem nascentes
768 importantíssimas, de vários ribeirões ali, de vários recursos importantes, e se não tivermos um
769 debate um pouco mais aprofundado, essas áreas não vão conseguir sobreviver. Nós temos ali
770 invasão biológica, por conta dos pinus, que estão invadindo essas áreas causando problemas para
771 outros manejos, e a característica de cerradão que nós temos, e ali bem próximo, também vizinho,
772 nós temos uma outra Estação Ecológica, e também de Cerrado, mas aí já é uma outra fisionomia
773 de Cerrado também importante para ser representativo do estado de São Paulo, que é a Estação
774 Ecológica de Santa Bárbara, que também sofre dos mesmos problemas de antropização, de

775 invasão biológica. E eu colocaria isso para a gente levar para um debate, para uma comissão, ou
776 fazer um debate amplo para a gente ver se é um pouquinho mais avançado nessa proposta. Eu
777 acho que chegou a hora da gente tratar do Cerrado, a gente sabe que Cerrado não é prioridade na
778 Constituição brasileira, mas está na Constituição do estado de São Paulo, e é uma fisionomia,
779 um ecossistema absolutamente essencial para nossa proteção, para atingir, ao mínimo, uma
780 representação, porque o estado de São Paulo foi ocupado cerca de 30% de Cerrado, todas as
781 fisioterapias, então situaram nesses pequenos fragmentos aqui, ali, sem a prioridade que nós
782 deveríamos dar para esse tema, ainda mais que esse enclave de transição, — (01:24:00
783 ininteligível) com espécies ameaçadas de extinção, com proteção da água, contribui para o
784 combate às mudanças climáticas, absorção de carbono. Ali existem muitas pesquisas, já há
785 muitos anos importantes, que precisam ser levadas adiante, aí eu lembro da Giselda Durigan, que
786 trabalha ali também. Então, eu, aqui, como até um representante da região, considero muito
787 tímida essa proposta de criação.

788

789 **01:24:42 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Djalma Weffort, obrigado. Vou chamar aqui o
790 conselheiro Paulo Nelson do Rego.

791

792 **01:24:55 Paulo Nelson do Rego:** Oi, Anselmo, eu já fui contemplado com as perguntas
793 anteriores. Eu acho que só aproveito o ensejo para parabenizar mais uma unidade sendo
794 protegida. Eu acho que fazendo eco ao Djalma, a gente precisa conquistar novas unidades e
795 fortalecer esse sistema no Sistema Paulista. Obrigado.

796

797 **01:25:23 Anselmo Guimarães:** Nós temos mais um inscrito, então o conselheiro Ricardo
798 Crepaldi.

799

800 **01:25:33 Ricardo Crepaldi:** Bom, primeiro parabéns aos trabalhos da Fundação Florestal, que
801 sempre são maravilhosos e dão orgulho para o estado de São Paulo, isso não tenho dúvida
802 nenhuma. Mas o meu questionamento é um pouco diferente. Eu conheço a região lá, precisa
803 muito disso, não só ali no estado, em Assis, mas tem outras regiões que quem sabe a gente tem
804 outros trabalhos que a gente possa criar, mas essas duas áreas, a pergunta é essa, essas duas áreas
805 que estão sendo incorporadas, minha preocupação é com o ICMS Ecológico. Se esta área ela
806 exclui o município de absorver aquela área para dar o percentual para ganhar aquele rendimento
807 maior no ICMS ecológico. Não sei se alguém tem condição de responder isso, mas não é justo o
808 estado fazer e o município ganhar uma contrapartida sem ter feito nada a princípio, ou seja, se
809 aumentar o índice de vegetação, mata nativa, ele aumenta um daqueles índices, os 2% do ICMS
810 Ecológico. Ou seja, se esta área é abstraída da frontação (01:26:41 ininteligível) de cálculo para
811 o dinheiro de uso do estado, a devolução do ICMS Ecológico, que foi muito bem colocado aqui
812 pela secretária Natália aqui nessa gestão, ela colocou e dobrou a questão do ICMS Ecológico.
813 Não sei se você tem essa condição de entender se isso é extraído ou não.

814

815 **01:27:03 Daniel Smolentzov:** Acho que não exclui. Essa área entra no cômputo do ICMS
816 Ecológico. Era essa a pergunta? Sim, então essa área é computada nos ICMS Ecológico, como
817 uma área de preservação.

818

819 **01:27:21 Ricardo Crepaldi:** Mas aí a gente está beneficiando a prefeitura daquela cidade com
820 o dinheiro que o estado está colocando já, pela Fundação Florestal, para poder fazer o trabalho,
821 ou seja, isso não está muito justo, vamos dizer assim, né?

822

823 **01:27:34 Daniel Smolentzov:** Como assim? Eu não entendi. O estado está criando uma Unidade
824 de Conservação e isso vai gerar mais ICMS Ecológico para o município, isso que o senhor não
825 acha justo?

826

827 **01:27:46 Natália Resende:** É porque o ponto dele, que eu acho que é o seguinte, vê se eu estou
828 certa, o estado que fez todo o investimento, e quem vai ganhar com a questão do ICMS é o
829 município, porque vai aumentar por um investimento que o estado fez, a parte do componente,
830 de um dos quatro componentes, que vão para os municípios, então ele ganharia por algo que ele
831 não fez, é isso que você está falando, né?

832

833 **01:28:15 Ricardo Crepaldi:** Exatamente.

834

835 **01:28:16 Daniel Smolentzov:** É, mas eu acho que a lógica não é essa do ICMS Ecológico. Na
836 verdade, no momento em que se cria uma Unidade de Conservação, nós estamos restringindo
837 uma área do município para outros usos, e aí a lógica do ICMS Ecológico é essa, você, de alguma
838 forma compensar os municípios com valor pela restrição do uso do território municipal para
839 outros fins que não da preservação ambiental.

840

841 **01:28:44 Natália Resende:** É isso. Um dos objetivos, independentemente de quem tenha feito
842 investimento para chegar nisso.

843

844 **01:28:52 Ricardo Crepaldi:** Sim, mas é que o município também tem áreas institucionais que
845 ela pode usar para fazer isso, para a conservação ambiental e aumentar a vegetação nativa.

846

847 **01:29:01 Ricardo Crepaldi:** Mas qualquer ente federativo que cria a Unidade de Conservação,
848 seja o município, seja o estado, a união, a lógica é a partir do momento que se cria uma Unidade
849 de Conservação, aquele território está sendo destinado para uma finalidade específica e não pode
850 mais ser utilizado para qualquer outra atividade que poderia ter um retorno econômico para o
851 município. Então, por isso na questão, quando a unidade é criada pelo estado, nós temos o ICMS
852 Ecológico para trazer uma compensação financeira para o município, que vai ter uma restrição
853 no seu território de uma área que poderia ser utilizada para outros fins que trouxesse algum
854 recurso para o município, essa é a lógica do ICMS ecológico.

855

856 **01:29:49 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Rodrigo Victor.

857

858 **01:29:54 Rodrigo Victor:** Obrigado, Anselmo. Bom essa última questão já foi respondida, só,
859 eu acredito que o Djalma tenha feito várias considerações, mas algumas perguntas. Djalma, a
860 resposta curta é não, não existem mais recursos de compensação ambiental provenientes das

861 usinas Canoas I e Canoas II. Eu vou fazer duas considerações de ordem genérica, embora não
862 estivesse envolvido nesse processo na época. Quando a gente usa dinheiro de compensação
863 ambiental para adquirir terras, realmente rende muito pouco, porque as terras são muito caras.
864 Às vezes a gente enxerga mais esses investimentos em outros programas de gestão, de proteção,
865 de educação ambiental. Quando a gente vai comprar um imóvel, geralmente, pelos recursos
866 originários da compensação ambiental, não nos possibilita grandes voos em termos de grandes
867 áreas. Infelizmente, os recursos são limitados e definidos por lei. E sobre a tua outra questão, eu
868 concordo plenamente. Eu acho que a gente precisa olhar com mais cuidado e com mais carinho
869 para as fitofisionomias do estado, para além da ombrófila densa que, já está bastante bem
870 protegida no estado de São Paulo, e a Fundação Florestal, de fato, tem um plano de ampliação
871 de Unidades de Conservação que a gente tem olhado com muito carinho para todas essas outras
872 fisionomias, não só o Cerrado. Recentemente, em 2019, a gente criou um conjunto de Unidades
873 lá na região de Bauru, de quase 5000 hectares de áreas de Cerrado. Essa área já é o segundo
874 maior conjunto protegido do Cerrado do estado de São Paulo, atrás apenas da Estação Ecológica
875 de Jataí. Então, recentemente, esse investimento em 5000 hectares de Cerrado, não é pouca coisa
876 pelo que sobrou do Cerrado, mas também a gente tem propostas de criação de Unidades de
877 Conservação na Mata Atlântica do interior, na estacional semidecidual, em áreas de campo,
878 campo Cerrado, campo de altitude, em áreas de ombrófila mista, que são as áreas de Araucária,
879 as matas de Araucária, então a gente está com esse olhar de contemplar todas as fitofisionomias
880 historicamente mais desmatadas no estado de São Paulo e pouco protegidas.

881

882 **01:32:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Rodrigo Victor. Antes da gente
883 passar a votação, alguém mais gostaria de fazer algum apontamento? Conselheiro Djalma
884 Weffort, por favor.

885

886 **01:32:47 Djalma Weffort:** Obrigado pelas explicações. Rodrigo, acho que essa preocupação é
887 muito importante, uma preocupação da sociedade como um todo, e é uma questão que eu tenho
888 colocado, é que as Unidades de Conservação criadas aqui nos últimos 20 anos, talvez, são de
889 compensação ambiental com a aquisição de terra, ou aproveitamento de áreas devolutas que já
890 pertencem ao estado. Então, assim, talvez seja o caso do estado fazer um esforço para também
891 adquirir essas terras, porque vamos pegar aqui casos como o Rio do Peixe, Aguapeí mesmo, a
892 Estação Ecológica de Assis, a floresta, são de recursos privados, e os recursos do estado não
893 estão vindo juntos. Acho que poderia otimizar esses recursos para melhorar essas ampliações,
894 fazer os corredores. Talvez tentar uma conversa, só sugestões aqui, com o próprio Ibama, porque
895 Canoas é um rio federal, e eu não sei até onde a secretaria, a gente estar conversando com o
896 Ibama, que faz esses licenciamentos. As exigências, os licenciamentos, tem que ser feitos pelo
897 estado de São Paulo. A questão dos Pacueras, que eu sempre esqueço aqui o que significa, mas
898 é um Plano Ambiental de Conservação e Uso dos Reservatórios Artificiais, para poder trazer o
899 governo federal, trazer as companhias de concessão de energia elétrica que estão em plenas
900 atividades econômicas, e não estão dando a justa compensação. O caso de Canoas, por exemplo,
901 várias outras usinas no estado de São Paulo, tinham exigências muito maiores nesses anos 1999,
902 2000. E isso foi se perdendo no tempo, as áreas de aquisição, eu sei que são caras, mas estão
903 ficando cada vez mais caros, né? E há 20 anos atrás era possível adquirir, tanto que a própria

904 Arsesp aqui adquiriu 30 mil hectares, comprou, e tem que o estado colocar sim qualquer
905 investimento, qualquer centavo. Então não sei, vamos ter que achar recursos dentro da Secretaria
906 de Meio Ambiente, não sei qual é o número da prioridade, para também adquirir essas terras para
907 fazer os corredores, a restauração, porque eu concordo com você, Rodrigo, nós temos bons
908 planejamentos, mas isso não se está dando na prática. É essa questão que eu queria trazer para a
909 gente poder discutir melhor. Obrigado.

910

911 **01:36:07 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Mais algum comentário para ficar
912 devidamente apontado, registrado? Conselheiro Fernando Prioste, bom dia.

913

914 **01:36:15 Fernando Prioste:** Bom dia. Brevemente, eu concordo com as preocupações do
915 Djalma. Isso soma com a última deliberação sobre a ampliação do parque estadual da Serra do
916 Mar e a política de compensação, porque naquela oportunidade a compensação se deu por um
917 empreendimento que houve supressão de vegetação e a compensação se deu por uma parte do
918 parque, que foi retirada e depois foi incluída, que era uma margem que não fazia sentido,
919 inclusive ter sido excluída na época, justamente porque não tinha ninguém morando. E aqui,
920 nesse caso, a compensação, também muito em linha com o que o Djalma colocou, me parece
921 muito aquém, inclusive do dano ambiental praticado pelos empreendimentos. E mesmo na
922 questão que o conselheiro Crepaldi colocou, o estado faz todo o esforço para adquirir essas áreas
923 quando a compensação é um valor mínimo, muito pequeno, que mesmo em função da demora
924 do estado em adquirir, mas não só porque tem toda uma burocracia, faz com que a compensação
925 ambiental desses empreendimentos, na prática, no cômputo ambiental, seja muito reduzido.
926 Então, eu não tenho dúvida de que é importante votar pela ampliação do parque nos termos que
927 está aqui, mas acho que é muito importante visibilizar esses impactos desses empreendimentos,
928 e o que, na ponta mesmo, acontece de compensação. Eu acho que a aquisição dessas áreas são
929 relevantes, mas frente ao impacto dos empreendimentos, a que eles se destinam, acho que é muito
930 tímido. Acho que pensar isso é importante.

931

932 **01:37:41 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Obrigado a todos os demais que
933 participaram dos debates. No momento nós estamos com o quórum de 29 conselheiros. Gostaria
934 de pedir a manifestação, então, nesse momento, daqueles que se manifestam contrários à
935 proposta de ampliação da Estação Ecológica de Assis, por favor, se manifestem agora. Nesse
936 momento, aqueles contrários. Peço agora que se manifestem aqueles que se abstém de votar.
937 Tem uma abstenção. Então com isso, por favor, os favoráveis permaneçam como estão. Então
938 fica aprovado por unanimidade a proposta de ampliação da Estação Ecológica de Assis, da
939 Floresta Estadual de Assis. Parabéns a todos envolvidos. Muito obrigado pela participação aqui
940 no plenário. Então sigamos, continuemos juntos. Muito obrigado. Gostaria de convidar, então,
941 todos, para o próximo item de pauta, que é acerca do Balanço das Ações do Governo do Estado
942 de São Paulo, na prevenção, controle e combate aos incêndios nas áreas florestais e rurais, no
943 âmbito da operação São Paulo Sem Fogo. Para isso, nós vamos convidar aqui nossos colegas da
944 Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade para fazer a exposição, lembrando que esse
945 assunto já foi objeto de adiamento da última reunião plenária, até para que a gente pudesse ter

946 mais oportunidade de debater aqui, então, com isso, está aqui conosco o conselheiros João
947 Thiago Mele, também o Kauê e o Roney, por favor, primeiro João Thiago Mele.

948

949 **01:39:16 João Thiago Mele:** Bom dia a todas, a todos. Secretária Natália, eu gostaria de
950 agradecer essa oportunidade de fazer, trazer esse balanço, já desde o início da fase vermelha, em
951 junho, a gente tem todas as reuniões do CONSEMA trazido aqui os dados, as ações realizadas.
952 Esse foi um ano bastante atípico, já havia toda uma preparação, mas o esforço das equipes foi
953 gigantesco, da Polícia Ambiental, da Fundação Florestal, da Defesa Civil. Enfim, de todas as
954 coordenadorias que compõem a SEMIL, e a ideia hoje aqui é fazer uma síntese desses dados, de
955 uma forma até breve, mesmo porque a gente já vem trazendo isso ao longo das últimas reuniões,
956 mas em especial o trabalho de mapeamento das cicatrizes de fogo ao longo desta fase vermelha.
957 Um trabalho excepcional realizado pela equipe do Departamento de Fiscalização, pelo seu
958 diretor Kauê Gonçalves, e pelo diretor do Centro de Monitoramento, o Roney Perez, que vão
959 expor aqui hoje esses dados que demonstram não apenas todo o esforço realizado pelo governo
960 do estado de São Paulo, em especial pela SEMIL, mas também a transparência desses dados,
961 para que agora, na fase verde que adentramos no mês de novembro, a gente fazer o planejamento
962 para o ano de 2025. Então, sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra aqui para o Kauê
963 e para o Roney, para o início da apresentação.

964

965 **01:41:09 Anselmo Guimarães:** Obrigado João Thiago. Enquanto o Kauê se posiciona, também
966 registrar aqui a presença da Naiana Lanza Landucci, também, que há muito tempo trabalha
967 também nessa agenda da fiscalização. Muito obrigado pela participação Naiana. Por favor, Kauê,
968 seja bem-vindo.

969

970 **01:41:24 Kauê Gonçalves:** Olá, bom dia a todas e todos. Primeiramente, agradeço o convite
971 para a participação. Agradeço a secretária Natália, ao Anselmo, João Thiago e ao subsecretário
972 Jonatas, também de dar oportunidade da gente vir aqui, como equipe técnica, fazer a nossa
973 apresentação. É uma satisfação grande estar aqui nesse órgão colegiado, que tem participação da
974 sociedade civil e que guarda grande relevância para a constituição da agenda das políticas
975 públicas do setor ambiental. Queria começar, a gente sabe que já foram apresentadas algumas
976 vezes a Operação São Paulo Sem Fogo aqui no CONSEMA, então a gente vai passar
977 rapidamente. Em relação às fases, a gente está nesse momento na fase verde, justamente na fase
978 de avaliação da temporada de incêndios, e o que eu gostaria de trazer nesse momento é que a
979 gente entende na operação que essa fase tem que ser diferente dos anos anteriores. A gente,
980 depois dos episódios ocorridos, em função, principalmente, das mudanças climáticas, do
981 agravamento das condições meteorológicas e do período de seca, de estiagem, a gente tem que
982 pensar um pouco diferente, como vai ser essa próxima temporada, e a gente tem que se preparar
983 melhor em relação às medidas preventivas e também nas medidas de combate, nos recursos
984 disponíveis para tal, adequação, inclusive, que a gente notou que nem sempre aquelas estratégias
985 utilizadas em campo aberto para fazer combate a incêndio se mostram tão efetiva nas áreas de
986 vegetação nativa nas florestas. A gente também vai ter uma fase verde diferente, que eu acho
987 importante

988 a gente pontuar, que a gente está nesse momento em fase de construção de uma nova política

989 nacional e estadual de manejo integrado do fogo, então o Comitê Nacional de Manejo Integrado
990 do Fogo está atuando, está fazendo reuniões. É muito importante a participação das diversas
991 agências e da sociedade civil nesse diálogo, e o estado também instituiu um grupo de trabalho
992 para o desenvolvimento da Política Estadual de Manejo Integrado do Fogo. Então, as duas
993 políticas estão ocorrendo, a construção delas está ocorrendo concomitantemente. Aqui, vou
994 trazer alguns números rápidos, para a gente passar para a parte mais relevante, que é a parte das
995 cicatrizes. Na fase amarela, houve um grande empenho na comunicação, no treinamento dos
996 municípios. Mais de 450 municípios integrantes, 2600 pessoas. As Unidades de Conservação
997 fizeram contratações de postos de bombeiros e aquisição de equipamentos na monta de 8,7
998 milhões. O DER também fez um grande investimento para proteção das vias rodoviárias,
999 contratação de carretas na ordem de 64,9 milhões. A Polícia Militar Ambiental, aqui representada
1000 pelo comandante Navarro, também fez um trabalho preventivo de controle, de verificação dos
1001 aceiros, que é habitual nesse período, fazendo cerca de 545 autuações por uso irregular do fogo
1002 e também aqui na soltura de balões, 78 autos, cerca de 1,5 milhão de reais. Aqui na fase vermelha,
1003 houve a decretação de situação emergencial por 180 dias, em 45 municípios houve a constituição
1004 do Gabinete de Crise, onde diversas agências estaduais estiveram presentes, lá no Gabinete da
1005 Defesa Civil, e a gente ficou acompanhando de perto e funcionou de uma forma bastante
1006 articulada o acionamento dos recursos para a realização do combate aos incêndios. Foram mais
1007 de 15 mil profissionais envolvidos, inclusive aqui, as brigadas também das usinas, que tiveram
1008 uma participação importante nos combates em canaviais, e também as defesas municipais,
1009 Defesas Civas Municipais, que é um cômputo geral. Teve um Plano Emergencial de Saúde
1010 Pública, com 27 unidades sentinelas do sistema de saúde preparadas para o atendimento de
1011 doenças respiratórias. A gente ainda não tem o balanço de pessoas afetadas, porque esse balanço,
1012 pelo sistema da saúde, demora três meses para acontecer. Então, em dezembro ou janeiro a gente
1013 vai ter esse montante de pessoas afetadas. Importante falar que a gente teve, nessa temporada,
1014 oito óbitos relacionados diretamente em combate aos incêndios ou em acidentes provenientes de
1015 situações de baixa visibilidade nas áreas queimadas. Teve a ativação do Plano de Comunicação
1016 Emergencial da Defesa Civil, que são aqueles alertas que a gente recebe por SMS, fechamento
1017 das UCs com as Unidades da Polícia Militar Ambiental fazendo a circunscrição dessas,
1018 guardando circunscrição das unidades para que as pessoas não as acessassem. Acionamento de
1019 apoio aéreo, e recursos adicionais para contratação de medidas para combate, de apoio aéreo.
1020 Bom, aqui na esfera da Secretaria, a gente ficou de prontidão no atendimento do Gabinete de
1021 Crise. Fizemos o apoio ao monitoramento das Unidades de Conservação durante os finais de
1022 semana, o Vlad está aqui com a gente participando, participou intensamente também nesses
1023 trabalhos. Fizemos uma campanha de educação ambiental para a conscientização da população,
1024 que é um dos fatores de ignição bastante relevante, a falta de cuidados ali com a propagação do
1025 fogo. A elaboração do Mapa de Queimadas, que a gente já vai apresentar, e aqui os números de
1026 combate aéreo, aqui de todas as agências, foram cerca de 1600 horas de voo, mais de 7 milhões
1027 de litros de água lançados e 18,8 milhões de reais envolvidos, tanto em contratação de
1028 helicópteros, asa rotativa, asa fixa, e também uma parte desses recursos aqui são referentes a
1029 combustível adquirido para a operação dos águia, dos helicópteros águia, da Polícia Militar.
1030 Então, esse é um balanço geral. Agradeço aqui a participação e chamo o Roney para dar
1031 continuidade. Obrigado.

1032

1033 **01:49:52 Roney Perez:** Bom dia a todas e todos. Bom, chegou até o Centro de Monitoramento
1034 a demanda de quantificar o que estava acontecendo. Então, perguntas imediatas: Qual era a área
1035 queimada no estado? Quanto de vegetação nativa foi atingida? Qual a área de APP? As Unidades
1036 de Conservação foram atingidas, o quanto foram? Então, aproveitando a experiência do Centro
1037 de Monitoramento que já trabalhamos com sensoriamento remoto e geoprocessamento,
1038 procuramos respostas rápidas para um mapeamento de todas essas áreas. Começamos a usar os
1039 índices normais de identificação disso, de classificação de imagem, para tirar esses dados, mas
1040 eles foram insatisfatórios, dava muito trabalho, muitas horas de processamento e o resultado
1041 aquém daquilo que a gente via que precisava. Usamos também o API da Google Engine, é o
1042 mesmo API que o Map Biomas, que faz isso pro Brasil inteiro, está utilizando, e vimos também
1043 que não era o suficiente. Aplicamos metodologia de classificação supervisionada, que deu mais
1044 certo, e mais certo ainda foi a classificação visual, no braço mesmo, interpretação visual e
1045 mapeamento. Aqui uns exemplos, lá a área queimada, que é aquele tom de azul até o negro, a
1046 mesma área aqui classificada na imagem Sentinel, que gerava a classificação automática, cerca
1047 de 7 milhões de polígonos, que depois tinham que ser selecionados. O que nós usamos? Usamos
1048 como base de imagem, a Sentinel, as imagens de Sentinel, da Agência Européia, que tem
1049 resolução de 10 metros, e o satélite passa a cada cinco dias. Para cobrir o estado, precisa de 48
1050 imagens, então baixamos as imagens, principalmente do final de cada mês ou do início do mês
1051 seguinte, para poder fazer esse mapeamento. Usamos também as imagens que já tem no software
1052 de geoprocessamento, que são sub métricas, e usamos muito intensivamente, por causa da
1053 frequência de área, as imagens da Constelação Planet, que vem através do contrato da Polícia
1054 Federal. Nós organizamos um mapeamento dividindo por pessoas, então tem esses esquemas em
1055 Excel para a gente conseguir controlar o que está sendo feito, e essa é a ordem do processamento,
1056 é baixar essas imagens, fazer a classificação, identificar as cicatrizes, delimitando na forma de
1057 polígono, dentro do software, editar, porque precisa depois verificar essa informação, e cruzar
1058 com outros planos de informação, que daí sai a nossa quantificação. Nós nos deparamos com
1059 problemas que nós não tínhamos antes, só que o projeto contínuo do Centro de Monitoramento
1060 é verificar onde foi desmatado, fazer um documento sobre isso e subir para o sistema, que vai
1061 para a Polícia Militar Ambiental fazer a fiscalização de campo. Na questão de fogo, é um pouco
1062 mais complicada. Este ano tivemos uma seca muito forte, e isso causou a queda de folhas nas
1063 áreas semidecíduais maior ainda, então, o aspecto da região ficou mais seco e isso, às vezes, se
1064 confunde um pouco com áreas queimadas. Desculpe, como ali do lado esquerdo tem toda aquela
1065 área de cuesta, com vegetação semidecidual, que se a gente coloca numa interpretação mais
1066 automatizada, vai dar como queimada, e não foi queimado. Um problema também para
1067 classificações automáticas, feitas através de inteligência artificial e classificações automáticas, é
1068 a diversidade das cicatrizes. Nós temos aqui essas áreas em branco, por exemplo, em azul claro,
1069 que são, na verdade, florestas. Eles geram muito mais cinza e tem esse tom mais claro, áreas
1070 mais escuras e mais claras, mas todas elas foram queimadas, como aquela área superior, meio
1071 acinzentado claro, que também é uma queimada. Então, para classificações automáticas, isso
1072 complica bastante. Nós cruzamos com os dados do Inpe, ele é um norteador para nós, dos satélites
1073 que são sensíveis a calor, mas esses dados também tem outro problema, não dá para fazer o
1074 mapeamento direto só usando os focos, porque esses sensores abrangem áreas muito grandes,

1075 então um pixel, por exemplo, do Terra e do Aqua, que são satélites de referência do Inpe, tem 1
1076 km o pixel, o que significa que um ponto de queimada deles abrange uma área de 100 hectares.
1077 Então, uma frente de fogo que aconteça nessa área de 100 hectares, que tenha 30 metros, vai
1078 acender um ponto lá. Se tiver 20 hectares queimando, dentro desse pixel, também vai aparecer
1079 só um ponto, então ele é uma boa referência, mas ele não serve para fazer um mapeamento do
1080 que realmente foi queimado. Nessa imagem aqui, inferior esquerda, dá para ver que essa área
1081 queimada, que essa área escura, não tem nenhum ponto dentro dela, mas os três pontos são
1082 referentes a essa área, dada essa questão do tamanho do pixel. E os satélites que dão mais
1083 frequência de imagem, por exemplo, esse aqui dá, o MSG dá quatro imagens por hora, e o GOES
1084 dá seis imagens por hora, eles tem áreas muito grandes de abrangência, chegando a 2300 hectares
1085 o pixel do MSG. Um problema também foi o falso positivo. Ali é uma usina de eletricidade,
1086 fotoelétrica creio, e que o reflexo dos painéis aparecem como focos de calor por causa do efeito
1087 especular. O Inpe já eliminou muita coisa que acontece com esse efeito em áreas urbanas, até
1088 mesmo em água pode dar um reflexo e identificar como ponto de calor, mas ainda acontece
1089 muito, e tem os falsos negativos também. Essa área no centro da imagem inferior direita é uma
1090 área queimada, essa área mais escura, mas não tinha nenhum foco de calor próximo, porque
1091 podia estar nublado, porque podia ter até fumaça de outra queimada em cima, ou a hora que
1092 queimou aquilo ali, os satélites não identificaram. Outra questão que nós não esperávamos e
1093 causa muito falso negativo é a velocidade com que a área é alterada após o fogo. Aqui temos
1094 uma área que aqui é vegetação nativa, aqui tem um rio, tem um APP aqui, e isso daqui é uma
1095 vegetação semidecidual, já com as folhas caídas nessa região mais escura, e o resto
1096 provavelmente é cana. No dia 4, um dia depois, já tinha tudo queimado, virou toda uma mancha
1097 escura, e a área de vegetação nativa começou queimar, como dá pra ver o branquinho ali. No dia
1098 5, a área de cana já começou a ser alterada, enquanto a área de vegetação nativa ainda queimava,
1099 dá para ver fumaça aqui, e as áreas com cinzas por aqui. No dia 6, grande parte já tinha passado
1100 alguma máquina e alterado o reflexo para nós, dificultando essa identificação da cicatriz de
1101 queimada. Dia 11, dia 20 já fica muito difícil identificar, e um mês depois, todas as áreas
1102 queimadas aqui já não era possível identificar a cicatriz. Então isso causou mais trabalho para
1103 nós, para conseguirmos identificar. Venho a perguntar, por que não usa o Map Biomas, que é o
1104 material deles é bom? É bom sim, mas quando a gente comparou, nós vimos que o material deles,
1105 apesar de boa assertividade, ele era sub-representado. A mancha vermelha aqui é o que nós
1106 identificamos visualmente, mapeamos visualmente, e o azul é o que o Map Biomas publicou,
1107 então tem esse tipo de problema, o material deles é bom, mas não consegue pegar tudo que foi
1108 queimado. Outro problema de classificação totalmente automática é o que aparece na imagem
1109 do lado direito. Algumas áreas dentro da represa, a represa é essa área escura, totalmente negra.
1110 Na classificação automática aparecerão como cicatrizes de queimada, questões técnicas das
1111 imagens de satélite, isso é muito frequente. E como não há uma seleção manual, uma limpeza
1112 desses dados, esse tipo de ruído acaba aparecendo. Bom, nós chegamos até hoje, até hoje, não,
1113 isso daqui é dia 18, com quase 10 mil polígonos mapeados, com junho totalmente mapeado, julho
1114 faltando 10%, agosto e setembro que nós começamos por aí, porque eram onde ocorreram mais
1115 focos, totalmente mapeado. Setembro, falta ainda um pouco, e outubro falta um pouco mais por
1116 falta de imagens, principalmente. Começou a haver muito mais dias nublados e isso dificulta a
1117 aquisição das imagens. Aqui temos três exemplos, as áreas contínuas maiores que nós

1118 identificamos. Tem essa aqui, que pega duas regiões administrativas, 15 municípios com 121.500
1119 hectares, que em linha reta aqui de área queimada, dão 74 km, a segunda maior, tem 51 km de
1120 área contínua, e aí 73.863 hectares, com oito municípios, e a terceira maior, com 55.204 hectares,
1121 em oito municípios e duas regiões administrativas. Os dados, depois que fizemos esse
1122 mapeamento, cruzamos os dados com as bases de informação que já temos. Então, o total de área
1123 atingida pelo fogo, até esse momento que mapeamos, deu 12,205 milhão de hectares, que
1124 corresponde a 4,85% do estado inteiro, sendo que, fora de áreas com proteções legais especiais,
1125 temos 906 hectares de quase 906.300 mil hectares, e dentro dessas áreas de vegetação nativa,
1126 APP, Unidades de Conservação, Zonas de Amortecimento e APRMs, temos quase 300 mil
1127 hectares, sendo 1,2% da área total do estado. Na sequência, aqui nós temos as áreas atingidas por
1128 fogo nessas áreas protegidas, em APP, em vegetação nativa, referente a quantidade total de
1129 cobertura dessas áreas. E não são excludentes, então, uma área pode ser uma Unidade de
1130 Conservação ter uma APP atingida por fogo, e esses dados estão separados aqui, então não posso
1131 somar isso daqui para ter um total. Não vou dizer cada um, mas está explicado quais são essas
1132 porcentagens em relação ao total de área coberta dessas áreas, por exemplo vegetação nativa,
1133 temos 5.600.070 hectares, e só 3,48% deste total foi atingido por fogo. Só não, bastante,
1134 pensando no alcance disso. E colocando isso sobre o mapa do CAR Federal, que são 401.784
1135 imóveis cadastrados, vimos que 28.395 imóveis deste total foram atingidos, representando
1136 7,06%. Nós passamos esse arquivo, esse *shade file* para o Marco Nalon, do IPA, e ele
1137 rapidamente fez essa divisão sobre tipologia vegetal e pelos biomas, então vemos que a grande
1138 parte do bioma atingido foi Mata Atlântica, com 85,02% da área do bioma do estado, e Cerrado
1139 14,08%, que segue mais ou menos a proporção um pouquinho menos Cerrado, que cobre meio
1140 30% do estado, mas temos esses números aqui até este momento. Nós gastamos, até o momento,
1141 2100 horas de trabalho. Essa equipe técnica, que está trabalhando quase exclusivamente nesse
1142 mapeamento. É isso, obrigado.

1143
1144 **02:05:21 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Muito obrigado. Agradeço aqui ao Roney, ao Kauê,
1145 João Thiago, toda equipe da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade. Vamos passar,
1146 então, agora, aos debates. Quem gostaria de já participar desse início? Vou anotar aqui, então.
1147 Nós temos aqui o conselheiro Resende, conselheiro Sardilli, também Victorino. Deixa eu ver
1148 aqui online, quem também levantou a mão, tem a Gilda Nunes. Perfeito. Vou começar então aqui
1149 pelo Roberto Resende.

1150
1151 **02:05:58 Roberto Resende:** Obrigado. Bom dia a todos. Cumprimentar aqui a equipe da
1152 Secretaria da CFB pelo trabalho, não só pela apresentação, mas tudo o que veio antes. Perguntar
1153 se o material vai estar disponível aqui para os conselheiros, mas principalmente assim, uma
1154 pergunta a partir daí, o rebatimento, por exemplo, na questão da organização da operação, que a
1155 gente já tem começado o posto pela questão dos polos regionais e da própria resolução 27, de
1156 2022, que classifica os municípios de São Paulo conforme o risco de fogo, o Rif, que implica,
1157 suponho, direciona a questão das políticas públicas, dos convênios com o município, da
1158 priorização para ações de polo regional e tudo mais, que talvez essa base de dados, muito
1159 importante, da situação que foi muito diferente esse ano de 2024, acredito que deve subsidiar
1160 uma revisão disso, a própria organização dos polos, que hoje são bastante vinculados à Unidade

1161 de Conservação, que é bom, mas também a própria questão do risco de de de incêndio florestal
1162 por município, a pergunta é se isso vai ser revisto, de que forma isso muda o planejamento da
1163 operação para o ano que vem, com as implicações que tem, não só que a gente viu aqui para área
1164 protegida, mas para a própria atividade agropecuária, para as atividades de restauração, que é
1165 onde a gente trabalha mais, e que acho que esse tipo de dado é importante para subsidiar isso,
1166 ações de prevenção, seguro, mesmo que o governo estadual está fazendo em relação aos
1167 produtores rurais, então acho que essa base de dados é muito importante, de como é que ela pode
1168 contribuir mesmo para o planejamento das ações próximas. Obrigado.

1169

1170 **02:07:57 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Acho que a gente passa aqui pelos conselheiros,
1171 depois a gente faz os comentários, pode ser? Então, conselheiro Alberto Sardilli.

1172

1173 **02:08:08 Alberto Sardilli:** Parabéns pela exposição. A preocupação do setor rural se encontra
1174 na questão da regularização dos CARs, dessas áreas de APP e reserva legal que foram queimadas.
1175 Então, qual seria o posicionamento hoje dos órgãos de fiscalização em relação às áreas de APPs
1176 e reserva legal das propriedades rurais afetadas? Isso, para que seja dado segurança jurídica aos
1177 proprietários rurais. E se essas medidas adotadas em São Paulo estão sendo comunicadas aos
1178 órgãos federais para que também seja esclarecida essa preocupação aqui no estado de São Paulo.

1179

1180 **02:08:48 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Vou chamar aqui o próximo. Conselheiro José
1181 Eduardo Victorino, por favor.

1182

1183 **02:09:00 José Eduardo Victorino:** Parabéns pela apresentação. A Defesa Civil está fazendo
1184 um trabalho muito bom, mas é importante que essas informações cheguem na Defesa Civil do
1185 estado. Também queria fazer uma sugestão, que esse material chegue até os consórcios, que os
1186 consórcios, hoje, eles têm os grupos de trabalho, e quando vocês falam que já existe algumas
1187 outras formas de combate a incêndio, ou seja, aquelas que nós usamos até hoje, talvez tenham
1188 que mudar o formato delas, e eu falo isso com propriedade, que eu trabalhei oito anos na Defesa
1189 Civil, sei o que é apagar um incêndio, eu sei o que é estar no campo, eu sei o que é a importância
1190 da integração de todos esses esses órgãos hoje que precisa estar lá no local. Então, é importante
1191 que esse tipo de trabalho chegue até a Defesa Civil do estado para que nos treinamentos que eles
1192 fazem da estiagem, que possa criar novos procedimentos, porque no campo, gente, a gente
1193 sempre fala muito isso, o resultado do campo, o campo é o que nos ensina, nós temos que
1194 aprender com o nosso dia a dia e melhorar, e essas informações precisam chegar na ponta,
1195 naquele que faz. E quando eu falo dos consórcios, o consórcio é importante porque os grupos de
1196 melhorias, os grupos de trabalhos, eles trabalham com isso tudo e podem fomentar e divulgar
1197 isso aos seus pares, então seria isso, e mais uma vez, parabéns pelo trabalho, e que a gente possa,
1198 nesse Plano Verde que vocês falaram agora há pouquinho, que a gente possa divulgar isso e fazer
1199 um trabalho melhor ainda para o ano que vem, e parabenizar todo esse trabalho que vocês estão
1200 fazendo, inclusive, quem está no campo combatendo o incêndio.

1201

1202 **02:10:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Conselheira Gilda Nunes.

1203

1204 **02:10:59 Gilda Nunes:** Um bom dia a todos. Parabenizar pelo trabalho, mas eu gostaria de fazer
1205 uma sugestão para melhoria nos indicadores apresentados. Porque se falar que se foi utilizado
1206 1600 horas de helicóptero, enfim, 7 milhões de volume de metros cúbicos de água, e se gastou
1207 18 milhões, não diz o que se evitou, ou seja, quantos metros quadrados ou quantos quilômetros
1208 quadrados deixou-se de queimar. Eu acho que é importante ter esses números para saber qual foi
1209 a eficiência do que foi realizado, porque pode ter sido gasto tudo isso e a eficiência ter sido muito
1210 baixa, ou não, pode ter sido uma boa eficiência, e aí tentar melhorar ainda mais. Então eu gostaria
1211 de que vocês pensassem em formas de informar o quanto deixou de ser queimado com essa
1212 operação, pelo menos em nível de estimativa. Obrigada.

1213

1214 **02:12:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Gilda Nunes. Vou passar aqui as
1215 equipes da CFB para fazer os comentários. Já aproveita que eles já fazem os comentários.

1216

1217 **02:12:33 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Parabéns pelo trabalho enorme de conseguir chegar
1218 a um dado mais confiável e bem melhor do que o que se tinha, mas mostra a dimensão do
1219 problema e riscos futuros com os extremos climáticos que vem. A minha pergunta vai na direção
1220 de, foram feitos vários autos de infrações, multas aplicadas, porém, a gente sabe, fazendo um
1221 paralelo, dos autos de infrações de supressão de vegetação e as dificuldades que têm, inclusive
1222 de não serem nem pagas, e sai do âmbito do município até a cobrança, elas são para o estado.
1223 Então a minha preocupação é tudo bem, tem um monte de multa aplicada, o que vai ser feito? O
1224 que realmente tem de punição a esses criminosos, que vários foram criminosos ambientais,
1225 alguns até na última reunião se apresentaram, que tinham sido detidos, algumas pessoas, com
1226 relação a isso. Porque em paralelo, todas as ações de combate, você tem que evitar que novos
1227 crimes ocorram e só se evita crime, não virá pela conscientização, é pela punição mesmo. Então,
1228 a minha pergunta é, o que está sendo feito para aumentar realmente esse crime? Que havia um
1229 projeto também de aumentar os crimes ambientais, a punição. E neste caso, quando que a gente
1230 vai ver o resultado disso neste grupo? O que foi realmente cumprido em termos de penalização.

1231

1232 **02:14:08 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Aqui também o conselheiro coronel Navarro.

1233

1234 **02:14:17 Leandro Navarro:** Bem, com a permissão aqui da nossa secretária, falar um
1235 pouquinho de toda essa problemática, que foi bastante onerosa para nós esse ano, e para falar,
1236 acho que, de reserva legal, que aqui com o nosso coronel Sardilli, ex-comandante do
1237 policiamento ambiental, conhece bem dessa temática também, regularização de APP e reserva
1238 legal é uma coisa que a gente precisa se debruçar agora também, e assim, o monitoramento é
1239 uma coisa que a gente tem que investir muito pesado, a gente pacificar metodologia, que é o mais
1240 importante, a gente também trabalha com monitoramento no policiamento ambiental há muitos
1241 anos, e isso é uma coisa que a gente está se debruçando também para ser muito mais assertivo,
1242 porque a gente consegue identificar o momento do foco, do primeiro foco de incêndio naquela
1243 propriedade, naquele remanescente, o horário, o momento exato e a direção do vento, enfim, a
1244 gente consegue dar uma dinâmica para o incêndio, e Isso subsidia a nossa atividade em campo.
1245 Mas, em campo a gente consegue, assim, o monitoramento dá todos esses indicativos, mas é só

1246 lá na ponta da linha, com a fiscalização que a gente consegue traçar o nexos de causalidade e a
1247 culpabilidade. E esse ano aqui nós tivemos uma cautela muito grande, porque o setor também
1248 sofreu demais e a gente sabe disso, da gente não só, a gente recrudescer a fiscalização, porém a
1249 gente colocou critérios, não só de culpabilidade, quando a gente tinha autoria conhecida, a gente
1250 também aplicou o nexos de causalidade, a tabela do nexos de causalidade para robustecer aquela
1251 fiscalização e a gente não ser questionado, porque a gente sabe que muitos, e eu vou dar um
1252 exemplo aqui, um incêndio, um evento que aconteceu em Guapiaçu, em uma propriedade
1253 específica, autoria conhecida, ela atingiu outras 20 propriedades, ela transpôs os limites do
1254 município. Foi uma queimada muito grande, então, ela traz prejuízo para os demais que são
1255 vítimas daquele incêndio. Então, é só em campo, e isso é uma fiscalização que às vezes demora
1256 dias. A gente precisa fazer muitas análises, percorrer o trecho para verificar os indícios dessa
1257 culpabilidade e do nexos de causalidade. Então, é uma fiscalização complexa, demorada e
1258 trabalhosa, mas graças a Deus a gente conseguiu, e ainda estamos, esses dados, acho que o
1259 próprio Roney falou sobre isso, esses dados não estão fechados ainda, nós temos ainda
1260 fiscalizações pendentes, que nós estamos verificando in loco todos esses critérios, porque a gente
1261 entendeu que precisava dar uma musculatura maior para toda a fiscalização, porque o setor
1262 também foi atingido e tem muita gente vitimada, então é isso que a gente está fazendo esse
1263 retrato, que a gente teve esse ano, foi um ano muito trabalhoso, mas de grande aprendizado. E
1264 dia 5, agora, a gente já começa o que a gente fazia em fevereiro ou março, a gente já está
1265 antecipando para agora esses encontros com o setor, para a gente poder fazer esse balanço, fazer
1266 essa troca de experiência, diálogo, entender o que aconteceu também em campo lá, quais são as
1267 demandas que a gente precisa observar e no intuito sempre de melhorar a fiscalização, da gente
1268 ser mais assertivo, responsabilizar realmente aqueles que são culpados por aquele incêndio, e o
1269 combate ele é oneroso, ele é praticamente a gente não consegue vencer, depois que pega fogo, é
1270 complicado, os custos então aí e assim, esses custos não estão, os helicópteros águia da Polícia
1271 Militar não estão nesse custo, o que a gente aplicou, e o Vlad está aqui, pessoal em campo, horas
1272 trabalhadas ali, combate efetivo, não estão nesse custo, então esse custo é muito maior. Combate
1273 é derrota para a gente, então a gente tem que investir muito em prevenção. É isso que eu acredito,
1274 é isso que a gente está focado, aqui junto da Secretaria para a gente poder ter... Acho que também
1275 falaram aqui de a gente não consegue talvez criar indicadores também, para a gente mensurar o
1276 que a gente conseguiu prevenir, evitar de fogo. Isso é um trabalho também que a gente acho que
1277 precisa construir para a gente poder aqui mensurar o nosso, porque só o que pegou de fogo, talvez
1278 se a gente comparar com outros estados, a gente tem uma dimensão melhor do que São Paulo
1279 deixou de queimar, não é? E que mesmo assim foi grande, aí as áreas, mas criar indicadores
1280 nesse sentido também é um desafio para a gente, da gente mensurar aquilo, o trabalho preventivo,
1281 o que realmente a gente se esforçou aí, o que isso representou de áreas que foram protegidas, o
1282 nosso foco foi realmente, a hora que começou a fase vermelha, que começou realmente pegar,
1283 nós tivemos bastante eventos, a gente focou principalmente, a gente deixou de fiscalizar durante
1284 um tempo e focamos nosso efetivo, que não é tão grande assim, a gente focou em todas as
1285 Unidades de Conservação, porque ali era o nosso, e os remanescentes florestais, e ali era o nosso
1286 ponto nevrálgico para a gente não deixar queimar. Então, aí depois que acalmou a situação, a
1287 gente retomou a parte de fiscalização para a gente poder dar um exemplo, verificar o que
1288 aconteceu e deixar de fiscalizar também, deixar de autuar essas áreas, é um recado que a gente

1289 não pode dar, porque se não o ano que vem vai ser pior ainda. Então esse é o nosso esforço aí, e
1290 vamos tentar melhorar em todos os aspectos, foi um aprendizado para nós esse ano aqui, mas
1291 graças a Deus a gente consegue sair mais forte e já com uma direção do que a gente precisa
1292 realmente fazer, então essa discussão é muito relevante, obrigado a todos, obrigado ao João, aqui
1293 da CFB, a toda equipe também pelo apoio, à Secretaria aqui e ao Corpo de Bombeiros também.
1294 Eu acho que a gente precisa criar uma... e nesse encontro, os Bombeiros também estão
1295 convidados, a gente precisa criar um sistema estadual de combate, aproveitando os voluntários,
1296 aproveitando o que as prefeituras têm e precisa ter um gestor disso, eu acho que nada melhor do
1297 que o Corpo de Bombeiros para ele gerir toda essa. Nós temos os Pans, nós temos os Planos de
1298 Contingência das usinas, de todo o setor, o setor de celulose também tem experiências, eles têm
1299 iniciativas já bastante avançadas nesse sentido, então é chamar todo mundo, a gente aprender e
1300 tentar criar um sistema único de combate para a gente poder acionar com maior rapidez, incluir
1301 todo mundo dentro de um sistema, isso aí é importante, também precisa ser construído. Então,
1302 são várias frentes abertas, que a gente precisa melhorar. A questão normativa também, são várias
1303 situações que a gente vem conversando para a gente poder implementar e melhorar. Então é isso,
1304 muito obrigado, estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

1305
1306 **02:22:40 Anselmo Guimarães:** Obrigado, coronel Navarro. Então, agora, convidar o pessoal da
1307 CFB para fazer os comentários, e na sequência, os comentários finais da secretária. Crepaldi quer
1308 fazer uma pergunta?

1309
1310 **02:22:54 Ricardo Crepaldi:** Bom, parabéns pelo trabalho, mas eu tenho uma dúvida aqui. Dos
1311 números apresentados, acho que em total de 9.700 e pouco, por enquanto, nesse fechamento
1312 agora de novembro. A gente consegue estabelecer qual está dentro de área urbana e qual está
1313 dentro de área rural, ou é tudo área rural? Essa é uma dúvida minha, porque existe a
1314 responsabilidade dos municípios, que eu acho que a operação São Paulo sem o Fogo é fora dos
1315 municípios, nas áreas rurais, nas áreas de agricultura, mas tem muitos casos de muitos incêndios,
1316 principalmente na área que eu fico dentro do meio do estado de São Paulo, que o incêndio
1317 começou na área limite da área urbana, áreas normalmente periféricas, e populações mais pobres,
1318 que normalmente tem uma baixa qualificação do trabalho, da coleta do lixo, e aí o lixo vai ficando
1319 e o pessoal coloca fogo e esse fogo vai e normalmente tem uma área de preservação do lado, tem
1320 alguma coisa e esse fogo se se alastra, né? Então, a gente saber se isso tem influência e se isso é
1321 importante ou não, é muito importante para as estratégias futuras, inclusive, de trazer os
1322 municípios e fazer com que eles apliquem o seu papel para essa fiscalização nessa época de
1323 período, que é o período seca.

1324
1325 **02:24:24 Anselmo Guimarães:** Ok, obrigado. Agora sim, Roney.

1326
1327 **02:24:28 Roney Perez:** Bom, começando pelo fim, estamos mapeando todas as cicatrizes,
1328 inclusive dentro de áreas urbanas. O que nós não temos é os perímetros daquilo que foi feito no
1329 Plano Diretor dos municípios, do que é a área urbana, então complica um pouco essa
1330 classificação porque não temos o dado para cruzar, mas está sendo tudo mapeado, inclusive
1331 dentro da área urbana. A outra questão, a de disponibilidade, podemos colocar assim, esses dados

1332 disponíveis do que foi queimado, mas eu peço só um pouco de paciência, mais algumas semanas
1333 para que a gente possa fechar toda a fase vermelha e fazer uma última verificação. Também já
1334 conversamos com o comando da polícia de priorizar o que a gente vai mandar para fiscalização
1335 em campo, começando pelas Unidades de Conservação, as maiores áreas de vegetação nativa, e
1336 vamos enviar isso daí aos poucos, mas já começamos esse processo.

1337

1338 **02:25:54 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Roney. Kauê.

1339

1340 **02:25:56 Kauê Gonçalves:** Eu acredito que as falas do coronel Navarro e do Roney responderam
1341 a maior parte das dúvidas, a complementar, eu vejo somente aqui o questionamento do
1342 conselheiro Victorino em relação ao uso das informações, e pelas Defesas Cíveis Municipais, né?
1343 Então a Defesa Civil Estadual, ela participe, é recorrente, em todas as reuniões estão presentes,
1344 e muito atuante no São Paulo Sem Fogo. Eles fazem sim essa conexão com todas as as Defesas
1345 Cíveis Municipais, então com certeza, o que for construído nessa fase verde chegará às equipes
1346 de treinamento da Defesa Civil que faz essa interação com os municípios, tá? E ao uso do mapa
1347 que o conselheiro Roberto Resende perguntou, em relação ao uso desse material para o
1348 enriquecimento da política em si, da política pública, certamente será. Então a gente pretende
1349 que esse mapa seja utilizado para diversos ajustes das políticas, inclusive, de preparo para os
1350 para os anos seguintes, incluindo a questão das restaurações. Então, esse mapa, cicatrizes, ele
1351 será, certamente, convertido num mapa de restauração necessária, naquilo que compete às áreas
1352 atingidas de vegetação nativa. Da conselheira Gilda Nunes, em relação a sugestão da gente criar
1353 indicadores melhores para saber efetividade, a gente aceita a provocação e vamos trabalhar para
1354 tentar medir melhor a efetividade das operações.

1355

1356 **02:28:17 Natália Resende:** Só coloquei alguns pontos aqui, acho que muito já foi falado, vou
1357 tentar não ser repetitiva. Mas como foi um evento que, de fato, foi algo extremo, que fugiu da
1358 nossa normalidade e que a gente atuou muito, mas muito, vocês acompanharam aqui via
1359 CONSEMA, enfim, outros meios, acho que vale primeiro, acho que a primeira coisa é agradecer
1360 muito aqui a nossa equipe, muito mesmo, todo o nosso pessoal aqui, da fiscalização, pessoal do
1361 policiamento também, o pessoal da Fundação Florestal. Mas é verdade, olha, eu tenho um
1362 orgulho danado, porque eu vi de perto, então a gente passou horas e horas lá naquele gabinete de
1363 crise aqui que foi instaurado, já na fase vermelha. Antes, claro, então, teve um trabalho muito
1364 forte de prevenção, sem o qual eu tenho certeza que seria pior, não tenho dúvida disso. Claro, a
1365 gente não pode fazer *benchmark* em lugares piores. Se a gente olhar lá um mapa do INPE, a
1366 gente estava em focos de incêndio lá, em uma certa época, em nono, a gente tem sim que olhar
1367 a melhoria de indicadores, concordo. Agora, a gente estava acompanhando no *pari passu* isso,
1368 teve antes do que aconteceu em em Jataí, vou colocar assim, a gente estava com 0,07% das áreas
1369 afetadas, eram 748 hectares de mais de 1 milhão das nossas Unidades de Conservação, por quê?
1370 Porque teve um trabalho muito forte antes também de fazer aceiro aos arredores, dentro das
1371 Unidades de Conservação, mais de 8 bilhões, que a gente fez de investimento nisso, também ao
1372 longo das nossas rodovias, mais de 64 milhões que a gente aplicou para conseguir prevenir e,
1373 claro, olhando como que a gente consegue melhorar. Nos nossos contratos agora de DER, por
1374 exemplo, de conservação que a gente sempre faz, a gente já colocou lá uma linha só para aceiro,

1375 então a gente tem cada vez mais melhorado, observando que tem os extremos, então, o que a
1376 gente viu acontecer é que muitas vezes o fogo chegava num aceiro e pulava por causa do vento.
1377 Então a gente, de fato, tinha uma situação em que eu tenho baixa umidade, eu tenho alta
1378 temperatura, eu tenho altos ventos e aí, muitas vezes, o que a gente consegue fazer é algo que
1379 vai além da natureza humana, porque a gente está falando da natureza em si, que veio primeiro
1380 que todos nós e a gente tem que aprender a respeitar. E quando eu fui, por exemplo, no
1381 Cantareira, quando a gente estava lá, quando eu fui lá em Luís Antônio, que estava acontecendo
1382 um problema em Jataí, o pessoal com uma dedicação extraordinária. Nosso pessoal lá da
1383 Fundação Florestal, que isso, o pessoal de noite, madrugada, de manhãzinha, tem que ter orgulho,
1384 tem que ter orgulho mesmo. Então parabéns, de verdade. E aí, claro, o que a gente tem discutido
1385 muito, inclusive olhando para o futuro, que foi perguntado aqui, e eu concordo 100%, seja no
1386 nosso Plano, que a gente colocou lá, se vocês observarem, a parte de infraestrutura crítica, porque
1387 a gente tem uma preocupação de, para além de olhar o estado como um todo, entender as
1388 infraestruturas críticas e como é que a gente consegue se preparar cada vez mais. Então, no nosso
1389 plano de adaptação, tem uma parte lá só sobre infraestrutura crítica, a gente já vinha falando isso
1390 com a Defesa Civil. Quando foi em agosto, se eu não estou enganada, a gente chamou todo
1391 mundo lá em uma reunião com o governador, concessionárias, e aí concessionárias de todas as
1392 utilities aqui, serviços públicos, todo o nosso pessoal, várias secretarias de governo, para a gente
1393 ter informação, e informação é cada vez mais importante para a gente conseguir prevenir, para a
1394 gente conseguir chegar com um pronto atendimento, e isso a gente tem feito de uma forma muito
1395 concatenada aqui, de uma forma muito coordenada dentro do governo. Então, isso é um primeiro
1396 ponto que a gente está tentando melhorar, principalmente olhando infraestruturas críticas, está
1397 dentro do nosso plano de adaptação e resiliência, é um dos principais focos que a gente tem, se
1398 vocês olharem lá, tanto no geral quanto em biodiversidade, e o nosso programa de restauração,
1399 que, e aí até dando os parabéns de novo para a nossa equipe aqui da Fundação, em virtude do
1400 primeiro ponto que vocês trouxeram de ampliação, e aí Prioste, você falou, a questão de
1401 compensação, eu concordo, eu acho que é uma coisa que a gente tem que olhar de forma ampla
1402 o que a gente precisa na pauta de restauração, melhorar nos vários flancos. Compensação é a
1403 parte de áreas públicas, áreas privadas, são os programas que a gente já tem aqui no estado, que
1404 a gente está robustecendo. Então, como é que eu consigo dar escala, isso é uma coisa que a gente
1405 está estudando muito, tanto que na plataforma que foi lançada pela Fundação Florestal, que eu
1406 achei excepcional, já tem inclusive essas áreas provenientes do que a gente já está mapeando em
1407 virtude dos incêndios. Então elas já estão lá para, primeiro a gente ter informação da visibilidade,
1408 e usar essa informação, seja quando a Cetesb for lá fazer os Licenciamento e nos nossos
1409 programas, por exemplo, via Fina Clima, que a gente soltou o edital da entidade gestora, e que a
1410 gente quer colocar como prioridade também, fazer restauração nessas áreas. Então, eu acho que
1411 é uma série de medidas que têm que andar coordenadas e que a gente tem tentado fazer de uma
1412 forma muito organizada, porque precisa ter organização para dar escala. E o Alberto falou da
1413 questão dos CARS. A gente tem conversado muito com o setor, muito com a Secretaria de
1414 Agricultura, tanto que, no dia 12 de setembro foi emitida a Resolução nº 73, da Secretaria de
1415 Agricultura, para dar essa segurança jurídica também para o Agro, de vincular o que aconteceu
1416 com o CAR, isso a gente também fez de uma forma coordenada lá com eles. E entrando no que
1417 a Gilda falou de indicadores, acho, sim, que a gente sempre tem que melhorar em relação a

1418 indicadores, é sempre um desafio, porque o número nunca representa 100% da realidade, então,
1419 o indicador, ele, naturalmente, é algo que é uma representatividade que a gente, sim, precisa
1420 melhorar, observando os desafios. De qualquer forma, a gente tem mapeado os hectares, e tudo
1421 isso, todas essas ações que a gente fez, os custos, os investimentos, às horas que a gente até tava
1422 brincando na reunião que a gente teve prévia, não só de “HH”, não é? Homem hora, mulher hora,
1423 pessoas hora, aqui, que a gente estava ali engajado para conseguir sim, ter esses indicadores cada
1424 vez mais reais e considerando que o estado de São Paulo é vanguarda, é referência para o Brasil,
1425 não tenho dúvida nenhuma disso. E aí a gente tem os números, eu falei alguns aqui, foram
1426 mostrados outros, e a gente está tentando cada vez melhorar mais. E para isso, nessa lógica, a
1427 gente tem Eduardo, o que a gente fala, a gente já chegou a comentar aqui, acho que em outro
1428 tema, na verdade, acho que de saneamento, o que a gente chama de *smart regulation*, que é uma
1429 regulação inteligente, que para dar certo esse tipo de política pública complexa, você tem que
1430 fazer uma união de vários tipos de regulação, e uma é o comando e controle. E aí, dentro do
1431 comando e controle, que é isso que a gente tem cada vez mais fortalecido, seja a nossa
1432 fiscalização aqui, seja o nosso policiamento ambiental e andado de forma conjunta, a questão
1433 das normas e a competência das normas, então tudo o que estiver ao alcance do estado em relação
1434 a normas de competência, a gente vai fazer, e a gente vai fazer para apertar, pode ter certeza
1435 disso, em relação a teve crime, a gente vai, vai melhorar, vai ver o que de resolução, de lei, a
1436 gente vai, a gente está estudando, está estudando em conjunto de forma responsável, claro, junto
1437 com todos os setores envolvidos. Tem muitas coisas que são federais e, é claro, a gente também
1438 vai participar para dar as contribuições que a gente tem que dar, tecnicamente falando. Então, eu
1439 acho que isso é um ponto do comando e controle, e tem esses outros que a gente faz também que
1440 são importantes, porque só o comando e controle não é suficiente, isso em qualquer política
1441 pública, então tem que ter o comando e controle, ele é pedagógico, tem que ter um incentivo,
1442 tem que ter informação, tem que ter educação, tudo tem que andar junto. Por isso, quando a gente
1443 fez o nosso Plano de Meio Ambiente, a gente foi colocando eixos, e os eixos tem que andar de
1444 forma coordenada. Então, é o que eu realmente acredito, e é o que a gente está tentando fazer, e
1445 muito trazendo também aqui para o CONSEMA, porque a gente tem uma composição muito rica
1446 dentro desse nosso conselho, que a gente pode sim ver as iniciativas e melhorar. Por isso que eu
1447 fiz questão de gastar um tempo falando do nosso Plano de Adaptação e Resiliência, porque acho
1448 que vale muito a pena entrar, ver essa parte de infraestrutura crítica, como é que a gente melhora,
1449 o que eu preciso colocar mais, observando essa governança multinível que a gente precisa ter os
1450 municípios junto com a gente, a sociedade civil, todo mundo, porque o desafio é complexo, mas
1451 a gente vai cumprir porque a gente está fazendo de forma organizada. É isso que eu tinha anotado
1452 aqui, já falei demais, mas gente, só para agradecer muito, muito as nossas equipes, porque foi
1453 difícil, mas a gente conseguiu superar e vai conseguir cada vez mais, porque a gente tem essa
1454 equipe maravilhosa aqui, alguns dos componentes, o Mário só chegou para receber elogias e já
1455 foi embora. Ah, não, está ali. Vou convidar você para sentar aqui na mesa para a gente ter também
1456 um pouquinho dessa evolução com a gente também, né, Mantovani? Eu não sei, mas vocês vão
1457 chegar. Gente, é isso. Obrigada, viu Anselmo. Vou devolver a palavra para você.

1458
1459 **02:39:05 Anselmo Guimarães:** Então, com isso, acho que está encerrado esse tema da pauta.
1460 Muito obrigado. Parabéns a todos os envolvidos. A gente acompanhou de perto, secretária, mês

1461 a mês aqui, a todos os reportes, muito obrigado por essa devolutiva. Bom, finalmente gostaria de
1462 convidar a todos para o último item da pauta que é a apreciação dos Relatórios Finais da
1463 Comissão Temática Processante e de Normatização sobre os recursos especiais referentes a autos
1464 de infração ambiental. Então, são quatro autos de infração, que foram aprovados na última
1465 reunião da Comissão Temática Processante, cada um deles foi atribuída uma relatoria distinta.
1466 Vou começar aqui pelo auto de infração, com imposição de penalidade e multa lavrado pela
1467 Cetesb, em face de Lara, Central de Tratamento de Resíduos, a relatoria ficou sob incumbência
1468 do conselheiro João Thiago Mele. Por favor, João. O João preparou alguns slides aqui para
1469 colocar para a gente.

1470
1471 **02:40:10 João Thiago Mele:** Bom dia, mais uma vez, a todas e a todos. Eu gostaria, antes de
1472 iniciar aqui a apresentação dessa relatoria, fazer um agradecimento especial à Secretaria
1473 Executiva do CONSEMA, através do Anselmo, à presidência da Cetesb, através do Thomaz e,
1474 em especial, a secretária Natália que nos estimulou a trazer hoje aqui uma decisão com a maior
1475 segurança jurídica em virtude da complexidade desse caso, para que não houvesse nenhum
1476 problema em âmbito judicial, porque esse caso acabou sendo judicializado, mas houve toda uma
1477 articulação. Agradecer também à doutora Amanda, pela PGE, que são as pessoas que nos
1478 apoiaram para que trouxéssemos esse posicionamento aqui com bastante tranquilidade para
1479 deliberação pelos conselheiros. Esse é um auto de infração que foi lavrado pela Cetesb no ano
1480 de 2012. Ele já foi um auto lavrado por o desrespeito a uma atuação anterior de operação de um
1481 aterro sanitário, no município de Mauá, em que o empreendimento não estava respeitando a cota
1482 licenciada pela Cetesb, de 850 metros. Já havia sido aplicado um auto anterior, com um valor de
1483 multa de 2 mil Ufesps, que passou a 4 mil, por conta dessa reiteração e, posteriormente a esta
1484 atuação, nós tivemos ainda uma lavratura de um novo auto no valor de 8 mil Ufesps, que
1485 superou as 7500 Ufesps necessárias para a vinda desse recurso especial ao CONSEMA. Na nossa
1486 relatoria nós trouxemos a legislação que foi infringida e, tanto em primeira instância quanto em
1487 segunda instância, o auto foi mantido pela Cetesb e, ao ingressar com o recurso especial, o então
1488 gerente da Agência Ambiental do ABC entendeu que o recurso não deveria ser conhecido pelo
1489 esgotamento das instâncias administrativas. Observem que não foi em relação a intempestividade
1490 do recurso especial. E, em razão dessa decisão, o caso foi judicializado, praticamente foram 10
1491 anos correndo esse processo em âmbito judicial até chegar no STJ, e houve uma manifestação,
1492 uma decisão extinguindo o feito, julgando parcialmente o precedente, para determinar que os
1493 autos fossem remetidos para o julgamento ao CONSEMA. Então, qual foi o entendimento do
1494 setor jurídico da Cetesb, de que essa decisão foi cumprida, o auto foi encaminhado ao
1495 CONSEMA e está sendo objeto de análise e deliberação nesse momento pelos senhores
1496 conselheiros. É interessante a decisão também que ela traz no seu mérito a alusão que foi, houve
1497 admissão expressa pela autuada a respeito do dano, ao desrespeito a esse dano ambiental, ao
1498 Licenciamento que havia sido feito e que o valor de multa aplicado estava correto. É infração de
1499 natureza grave, mas foi observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade na
1500 aplicação dessa multa. E aí, o que ocorreu? A empresa acabou protocolando no dia 27/01/2014
1501 esse recurso especial, mas o resultado do julgamento em segunda instância foi recebido no dia
1502 14 de janeiro, e como a legislação que regulamenta o tema do recurso especial prescreve o prazo
1503 de 10 dias para esse protocolo, houve um protocolo intempestivo desse recurso especial, e há

1504 uma disposição expressa que ele não deve ser conhecido se interposto fora do prazo. Por este
1505 motivo, a decisão dessa relatoria foi pelo não conhecimento do recurso especial, pela
1506 intempestividade do mesmo, e houve uma decisão unânime dos demais membros que compõem
1507 a CT Processante, no sentido de não conhecimento mesmo do recurso com a manutenção do auto
1508 de infração em todos os seus termos, e a gente traz agora aqui para deliberação dos conselheiros.
1509

1510 **02:45:15 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro João Thiago Mele. Alguém
1511 gostaria de fazer alguma manifestação acerca desse caso? Bom, no momento nós estamos aqui
1512 com quórum de 28 conselheiros presentes, só registrando aqui que o conselheiro Alexandre
1513 Perinotto teve que se ausentar, e também a conselheira Denise Antonucci, mas tivemos o retorno
1514 da doutora Cláudia aqui do Ministério Público, que não estava na última votação. Então submeta
1515 aqui o presente relatório ao plenário pedindo que se manifestem aqueles que votam contrários à
1516 aprovação desse relatório. Nenhum voto contrário. Por favor, sinalizem aqueles que se abstêm.
1517 Nenhuma abstenção, então fica aprovada por unanimidade. Muito obrigado. João Thiago. O
1518 próximo auto de infração é o auto de infração ambiental lavrado pelo Comando de Policiamento
1519 Ambiental e pela Coordenadoria de Fiscalização em face da Abengoa Bioenergia Agrícola, no
1520 município de São José do Rio Pardo. A relatoria ficou sob incumbência da doutora Amanda
1521 Modotti, representante da Procuradoria Geral do estado de São Paulo. Doutora Amanda, bom
1522 dia. Gostaria de fazer alguma manifestação, por favor?
1523

1524 **02:46:52 Amanda de Moraes Modotti:** É um auto de infração que foi lavrado e a gente
1525 entendeu, salvo engano, pela inadmissibilidade dele, mas não tenho maiores considerações a
1526 fazer, não, é muito simples o auto de infração.

1527
1528 **02:47:12 Anselmo Guimarães:** Perfeito, muito obrigado. O material foi encaminhado a
1529 devida antecedência a todos os conselheiros. Submeto então aqui o relatório apresentado para o
1530 plenário do CONSEMA. Por favor, os contrários se manifestem, por gentileza. As abstenções?
1531 Favoráveis permaneçam como estão, então fica aprovado o relatório. Muito obrigado, doutora
1532 Amanda. O terceiro auto de infração foi encaminhado também lavrado pela Polícia Ambiental e
1533 fiscalização, em face de Basalto Pedreira e Pavimentação, no município de Santa Isabel, também
1534 foi apresentado. A relatoria ficou sobre análise da doutora Rosa Ramos, da OAB. Ela hoje não
1535 está aqui presente, mas o relatório foi apresentado aqui, vou fazer um breve apontamento aqui.
1536 Por fazer funcionar o serviço de movimentação de terras sujeitos a licenciamento ambiental, sem
1537 autorização do órgão ambiental competente. O recurso alega transcurso de prazo de prescrição
1538 intercorrente, vistos formais no auto de infração lavrado em sede denexo causal e autoria. Na
1539 sessão da Comissão Temática Processante, a relatora votou pelo não conhecimento do recurso
1540 diante da sua intempestividade. Então, submetido aqui a discussão, peço àqueles que estiverem
1541 contrários, que por favor se manifestem. Aqueles que se abstêm agora. E os favoráveis
1542 permaneçam como estão. Então fica aprovado mais esse relatório. E, por fim, eu convido aqui o
1543 conselheiro Fernando Prioste, que foi o relator com relação ao recurso especial do auto de
1544 infração ambiental, em face de Richard Inale, do município de Suzano. Conselheiro Fernanda
1545 Prioste, por favor.

1546

1547 **02:49:01 Fernando Prioste:** Obrigado, Anselmo. De novo, bom dia a todos e todas.
1548 Juridicamente, é um caso simples, mas que eu acho que ele tem consequências que podem trazer
1549 outros debates para nós aqui, porque é um auto de infração lavrado em 2012 em função da
1550 movimentação de terra de 9500 m³ e mais um depósito de material em 100 m². Foi oferecida a
1551 defesa, a defesa foi rejeitada, e aí foi oferecido um recurso, e aí que a gente começa a encontrar
1552 os primeiros desafios aqui, que o recurso foi oferecido no ano de 2013 e julgado apenas no ano
1553 de 2024. Então foram mais de 10 anos da paralisação desse procedimento administrativo em
1554 função da ausência da análise do recurso, sem que se conheça, pela leitura do auto da infração
1555 essa questão. E quando o auto de infração foi julgado, o autuado recebeu uma notificação
1556 evidente, e a notificação constava que não caberia recurso especial ao CONSEMA. É uma praxe
1557 das notificações, a gente já discutiu isso em outras questões, porque não se faz análise efetiva se
1558 cabe ou não, e aí o autuado foi à CFB e questionou, e lá foi dada uma orientação que, na minha
1559 forma de ver, foi incorreta, de que caberia o recurso, mas não cabe por causa da cumulatividade.
1560 Atingi mais de 7500 Ufesps, mas não tinha o quesito relativo a interdição que o Decreto, a gente
1561 também tem uma recomendação do CONSEMA para alterar isso, porque efetivamente hoje eu
1562 acho que não cabe nenhum recurso ao CONSEMA analisar, porque não tem nem na resolução
1563 05 aqui da SEMIL uma possibilidade de aplicação de pena de interdição, que é diferente da pena
1564 de embargo, né? Mas ele foi orientado, nesse sentido, de que caberia o recurso, na CFB se reabrir
1565 um novo prazo, que também não poderia. Ele apresentou um documento que, no final das contas,
1566 nem tem forma de recurso, porque ele não tem um pedido, não tem uma razão de pedir. Então,
1567 do ponto de vista do julgamento do recurso, eu votei pelo não conhecimento e pela impropriedade
1568 da forma, pelo não cabimento do recurso e também pelo decurso do prazo, que ele também foi
1569 manejado fora do prazo dos 10 dias. Mas me chamou muita atenção o fato desse recurso ter
1570 parado por 10 anos, e não é um caso isolado. Todos os outros recursos, a exceção do lido pelo
1571 conselheiro João Thiago, tem uma motivação decorrente de ação judicial, todos eles têm um
1572 percurso de tempo muito superior a cinco anos para que se fizesse a análise do recurso. E essa
1573 não é uma situação pontual também com relação a esses casos que vieram aqui, há muitos outros,
1574 inclusive dos autos de infração que eu tenho acompanhado lá com relação às comunidades
1575 quilombolas, tem situações que a notificação do resultado do julgamento demora sete anos, fora
1576 outros vícios dos procedimentos administrativos que são muito graves na minha leitura como
1577 advogado, por exemplo, na hora do ato decisório, quem decide produz uma prova e não oferta a
1578 possibilidade de quem está sendo autuado, de se manifestar sobre aquela prova, porque ela foi
1579 produzida no ato decisório, ou as notificações são feitas da lavratura do auto de infração sem
1580 observar a legislação específica, que é feito por um contato telefônico sem indicação da contrafé
1581 do auto de infração. Então, me preocupa muito, inclusive, coronel Navarro, porque a Polícia
1582 Militar tem um trabalho, o senhor falou aqui da outra vez, foram 8 mil autos de infração só nessa
1583 questão dos incêndios. E eu me pergunto, efetivamente, quantos autos de infração acabam sendo
1584 julgados procedentes, não sendo derrubados na justiça e, efetivamente, importa em recolhimento
1585 aos cofres públicos? A impressão que eu tenho é que esse nível é muito baixo. Não sei qual que
1586 é o dado, até propus, na reunião passada, volto a propor aqui, que a gente faça uma sessão de
1587 CONSEMA especificamente para analisar essas questões, a efetividade das condutas
1588 relacionadas a autuação, que, com todo o respeito, eu acredito que vão desde o momento da
1589 autuação, com a dificuldade probatória, ou dos elementos ali que consta do auto de infração,

1590 passam pelo procedimento, inclusive pelo julgamento, e quando são levados ao judiciário são
1591 anulados. Então, acho que assim, para nós, aqui é uma situação muito simples o julgamento desse
1592 auto de infração, até agradeço o conselheiro João Thiago. Mais tarde, teremos uma reunião para
1593 tratar dessas questões, porque eu tenho tido muita atenção, o Instituto socioambiental lá, com
1594 relação aos autos de infração, por esses dois motivos, porque eles precisam ser efetivos quando
1595 lavrados, quando tem sustentação, e quando eles não tem sustentação, não podem também. serem
1596 julgados procedentes, acho que a análise precisa ser feita de forma muito técnica e precisa, pelos
1597 agentes, eu acho que isso falta. Acho que na visão que eu tenho, falta qualificação técnica para
1598 os servidores e servidores, falta efetivamente capacidade no auto de infração no momento da
1599 lavratura, estabelecer o nexos de causalidade, juntar as provas para que esses autos de infração
1600 sejam efetivados, é isso.

1601

1602 **02:53:40 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Alguém gostaria de comentar mais algum comentário?
1603 Coronel Navarro, por favor.

1604

1605 **02:53:46 Leandro Navarro:** Só de maneira bem rápida aqui, Prioste, obrigado. Eu acho que é
1606 importantíssimo isso, a gente melhorar o processo. A gente tem um passivo grande, e eu acho
1607 que o segredo está na gente realmente fortalecer a questão da conciliação, isso, para mim, é uma
1608 questão fundamental para a gente poder evitar recurso, evitar a judicialização, que isso está
1609 recorrente, realmente. A gente já sabe, o autuado, muitas vezes nem compareceu ao atendimento
1610 ambiental, que é uma oportunidade ímpar para ele, que ele pode ter até 90% de desconto da
1611 autuação, e ele simplesmente ignora isso, então é uma questão que a gente precisa fortalecer
1612 mais, até por questão da necessidade de recuperação. E acho que evita gastos para o estado, para
1613 o judiciário, é uma coisa que a gente precisa colocar fogo... Colocar foco, foco, não de incêndio,
1614 colocar foco, e isso já está através do Anderson, nosso secretário executivo aqui da SEMIL, ele
1615 está capitaneando esse processo. CFB, Policiamento Ambiental, e assim, e até convido, se puder
1616 colaborar também, a gente construir uma nova normativa dando mais celeridade, mais agilidade
1617 e fortalecendo o atendimento ambiental. A gente já considerar isso, se não houver casos de
1618 conciliação, já considerar um primeiro recurso ali no momento da conciliação, ele já apresentar
1619 o seu recurso, enfim, para a gente poder dar essa celeridade que é necessária, é importante, mas
1620 isso já está acontecendo. Esse grupo está trabalhando nisso para a gente poder construir uma
1621 normatização mais moderna, mais adequada e que fortaleça realmente a conciliação, a
1622 recuperação e a gente evitar recurso e evitar judicialização, que é o que a gente não precisa, dar
1623 retrabalho, e a questão ambiental fica lá renegada a segundo plano. Então esse é o objetivo, isso
1624 está acontecendo, e a gente espera que a gente tenha bons frutos disso e consiga alavancar essa
1625 questão do atendimento ambiental, do Programa de Conciliação do Estado de São Paulo, que
1626 acho que é uma pérola que a gente precisa colocar brilho nela, tá bom?

1627

1628 **02:56:22 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Tem dois conselheiros que solicitaram o uso da
1629 palavra, o conselheiro Paulo Nelson e a conselheira Cláudia. Então, por favor, o conselheiro
1630 Paulo Nelson.

1631

1632 **02:56:30 Paulo Nelson do Rego:** Então, eu gostaria de fazer coro um pouco às reclamações e

1633 ponderações que o Fernando Prioste fez e que foram completadas agora pelo coronel, da
1634 importância de rever as questões procedimentais nos autos de infração. A gente tem, na prática
1635 jurídica, visto que a maioria dos procedimentos são anulados na justiça por erro no procedimento.
1636 Então, realmente, é premente essa necessidade de fazer uma revisão para que não se tenha um
1637 custo do estado gastando horas de trabalho de pessoas bem qualificadas, às vezes, para termos
1638 um final não efetivo. Então, eu acho que é de suma importância. Eu fiquei com uma dúvida, pelo
1639 que me consta, existe um contraponto entre a cumulatividade da aplicação de ser um auto a ter
1640 mais de 7500 Ufesps, e a resolução fala em O, e a normativa que regulamentou fala em E, e
1641 acabou prevalecendo o E. e eu acho que é mais uma questão que leva, inclusive, a
1642 questionamentos que podem levar à suspensão. Então, eu acho que o auto não merece prosperar
1643 por outras razões até, mas a questão colocada no voto do Fernando, eu fico com essa ressalva
1644 aqui para que a gente possa evitar eventuais nulidades. Obrigado.

1645
1646 **02:58:26 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Gostaria de abrir para a doutora Cláudia
1647 Habib, por favor.

1648
1649 **02:58:30 Claudia Maria Lico Habib Tofano:** Obrigada. Rapidamente, na linha do que o
1650 conselheiro Prioste colocou, é de extrema importância mesmo, necessário que a gente olhe para
1651 isso, trate para isso. E o que o coronel Navarro colocou é o que a gente vem trabalhando. Não
1652 raro, essas autuações implicam na instauração de inquéritos civis, então a gente acompanha
1653 também os ajustes a nível de TCRA, a níveis administrativos. E essa questão, coronel, que o
1654 senhor colocou na conciliação, é a palavra chave, é o que a gente precisa desenvolver, porque
1655 com isso a gente vai ter celeridade, a gente vai ter mais efetividade. Nem sempre a gente
1656 consegue ter o número correspondente de inquéritos civis as autuações feitas, então é muito
1657 importante que a gente desenvolva essa conciliação. A gente está aqui à disposição para fazermos
1658 esse trabalho junto e alcançarmos esse objetivo. Muito obrigada.

1659
1660 **02:59:31 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Só vou pedir um instante antes, o presidente
1661 da Fundação Florestal está aqui... Fica o final, então. João Mele.

1662
1663 **02:59:55 João Thiago Mele:** Eu queria agradecer ao Prioste realmente, de trazer essa discussão.
1664 Ela é extremamente importante. Ter essa evolução, trazer esses dados para que a gente possa
1665 modificar a norma no sentido de realmente melhorar o nosso procedimento, é realmente muito
1666 salutar, eu acho que é extremamente bem-vindo. Já realmente um grupo encabeçado pela
1667 Procuradoria Geral do Estado, que tem nos auxiliado, a CFB, Polícia Ambiental, nessa revisão,
1668 teremos sim hoje o nosso diálogo com as demais equipes da CFB. Eu só gostaria de pontuar, em
1669 concordância com o que o coronel Navarro trouxe, que realmente o caminho da conciliação
1670 ambiental é de suma importância. No ano de 2011, nós tínhamos, de todos nos autos lavrados no
1671 estado, cerca de 15 mil autos, 60% ingressaram com recurso administrativo. Atualmente, a gente
1672 tem uma média de 15% de todas as autuações lavradas em que o cidadão acaba ingressando com
1673 recurso. Hoje, os nossos índices de conciliação superam os 60% ao longo do estado, e é um
1674 programa que foi implantado em 2014, a gente completou esse ano 10 anos, e que vem sendo
1675 aprimorado, mesmo assim, é possível avançar mais. Agora, a gente também tem que considerar

1676 que houve uma modificação de entendimento pelo poder judiciário a respeito da responsabilidade
1677 objetiva que até então os autos eram lavrados sob essa perspectiva, para a responsabilidade
1678 subjetiva. E isso, de certa maneira, impacta, sim, nesse julgamentos que hoje são realizados. Eu
1679 acho que a gente vai precisar se debruçar com mais acurácia para ter também uma forma de
1680 proceder nessas autuações que foram lavradas, mas sem dúvida alguma, a questão da conciliação
1681 ambiental precisa evoluir, foi aqui de São Paulo que se estimulou o governo federal a alterar o
1682 Decreto 6514, implantando esse programa de conciliação, com algumas diferenças, mas
1683 observando o que realmente isso era salutar para uma maior efetividade dos nossos autos. A
1684 gente, também na fiscalização, acaba apoiando de uma forma bastante significativa o poder
1685 judiciário, o Ministério Público, as delegacias de polícia civil, na elaboração de laudos, na
1686 transmissão de informações, até porque, além das requisições que não chegam, a gente tem o
1687 entendimento que a tríplice responsabilização, âmbito penal, âmbito cível e âmbito
1688 administrativo traz resultados mais significativos, e isso também acaba nos demandando, de
1689 modo que talvez, com o efetivo humano que a gente tenha hoje, não seja possível essa pronta
1690 resposta na forma que deveria ser, sem dúvida alguma, o processo administrativo. Mas a gente
1691 está caminhando e essa construção em conjunto com a sociedade civil, com as organizações, é
1692 que compõem aqui todo o governo de São Paulo. Ela é extremamente importante, por isso o
1693 nosso agradecimento.

1694

1695 **03:03:52 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, por favor.

1696

1697 **03:03:52 Fernando Prioste:** Uma questão que o conselheiro Paulo colocou aqui. Conselheiro,
1698 essa questão, na minha forma de ver, ela está no decreto 64.122, que alterou o Artigo 3º do
1699 Decreto 55.087, e que colocou lá uma palavra cumulativamente, que ele diz assim, ‘cabera
1700 recurso especial ao CONSEMA, desde que presentes os seguintes requisitos cumulativamente’,
1701 e aí é o valor e a e a questão da interdição, né? E eu concordo muito também com a questão da
1702 conciliação nos autos de infração ambiental. Eu acho que a saída é quase sempre resolver o
1703 conflito pelo consenso, pela possibilidade de acordar com o objetivo evidente de ter alguma
1704 penalização, mas principal de fazer recuperação daquele dano ambiental causado. E eu não tenho
1705 dúvida que a conciliação, o melhor caminho para a recuperação do dano ambiental, inclusive
1706 pactuando minimamente como essa recuperação vai se dar, mas a gente também não pode
1707 esquecer que tem que estar numa sociedade em que a litigiosidade ela é muito grande, é muito
1708 intensa e que quem recorre geralmente o grande, vamos dizer assim, quem tem uma questão
1709 econômica muito relevante. Esse caso aqui, por exemplo, que analisei, em 2012, quando foi
1710 autuado, é uma multa de 500 mil reais. Passados esses 10 anos, eu inclusive vou agradecer ao
1711 Anselmo, que eu havia votado no começo para o reconhecimento da prescrição intercorrente,
1712 que não tinha visto que o Artigo 40 do Decreto, tinha sido revogado, e lá dizia que isso poderia
1713 reconhecer de ofício, por isso não fiz, mas sei também que o STJ discute essa questão e por mais
1714 que não exista uma legislação específica no estado de São Paulo da prescrição intercorrente, o
1715 STJ tem aplicado precedentes que dizem que não pode não haver prescrição, e coloca lá do
1716 Decreto de 32 a prescrição quinquenal de cinco anos. Então, esse caso, ele tem uma chance muito
1717 grande de ser levado ao judiciário, de ser reconhecida a prescrição, não estou dizendo que isso
1718 vai acontecer, mas isso pode acontecer. Então, eu não tenho dúvida que a conciliação é o melhor

1719 caminho, é o que vai resolver a grande massa dos recursos ou que não vão ser feitos, mas temos
1720 que ter atenção, acho, que nesse procedimento que, é tanto do ponto de vista, e eu acho que é
1721 pouca coisa do ponto de vista normativo, eu não vejo problemas da normatividade, vejo problema
1722 no procedimento, nos atos que são adotados, administrativos, que vão da lavratura do auto de
1723 infração até o seu julgamento.

1724

1725 **03:06:09 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Fazer um esclarecimento aqui
1726 com relação a essa questão apontada dos requisitos de admissibilidade, só para esclarecer que
1727 todos esses casos aqui, se fosse analisar sob essa ótica, nenhum deles cumpriria esse requisito,
1728 que foi inclusive uma questão levantada no CONSEMA de que muito dificilmente haveria casos
1729 em que cumprissem esses requisitos de admissibilidade cumulativo, de forma cumulativa. Então,
1730 por isso que isso que esse CONSEMA recomendou, encaminhou uma sugestão de alteração do
1731 Decreto que está seguindo já o devido trâmite, e nenhum desses casos aqui, como foi estabelecido
1732 na Comissão Temática, a sugestão de que, em que pese não cumprir esse requisito, mas que se
1733 avançasse na análise, como se estivesse cumprindo e, de fato, nenhum desses quatro casos
1734 passava para o próximo requisito de admissibilidade, que era a tempestividade, razão pela qual
1735 nenhum dos eles estão sendo acolhidos. Então com isso, acho que todos os apontamentos,
1736 agradecimentos aqui, só submetendo, então o presente relatório final pelo não conhecimento do
1737 recurso administrativo. Eu pergunto aos conselheiros, aqueles que se manifestam contrários, por
1738 favor? Nenhuma manifestação. Aqueles que se abstêm? Favoráveis, permaneçam como estão.
1739 Fica aprovado, então o relatório. O presidente da Fundação Florestal, Mário Mantovani, nosso
1740 conselheiro emérito do CONSEMA, por favor.

1741

1742 **03:07:47 Mário Mantovani:** Nossa quanto tempo. É muita emoção aqui, lembrar todos aqueles
1743 tempos bons de guerra que a gente fazia aqui, mas ainda bem que a gente tem a internet, eu pude
1744 acompanhar toda a sessão com muito interesse, a minha história de meio ambiente começa em
1745 Assis, lá com essa área que hoje está se transformando e ampliando essa Unidade de
1746 Conservação. E eu venho acompanhando isso na Fundação Florestal. Eu queria estar aqui hoje,
1747 prestigiando, e não podia deixar de estar por ser uma área muito importante, não só da minha
1748 história, mas daquelas pessoas, como o Djalma, que está falando muito bem pelo interior de São
1749 Paulo, que a gente nunca conseguiu ampliar essas Unidades de Conservação e tem que fazer esse
1750 trabalho, mas isso é um ponto. Outro que eu queria trazer, Natália, a história da Mata Atlântica
1751 tem ampliado. Eu já te dei parabéns no dia que você falou, achei muito legal sua fala, e que bom
1752 que foi na sua fala porque toda a história da Lei da Mata Atlântica o CONSEMA de São Paulo
1753 teve um papel relevante. Nós tivemos grandes mobilizações, manifestações do CONSEMA,
1754 levamos isso para Brasília. O papel de São Paulo é fundamental quando se trata de política de
1755 meio ambiente. Tudo o que a gente vê no Brasil que acontece, teve reflexo daquilo que aconteceu
1756 aqui. Então, parabenizar porque foi uma lei construída pela sociedade. Cada linha da lei da Mata
1757 Atlântica foi construída pela sociedade. Pedir o empenho dos nossos parceiros, inclusive a
1758 ANAMMA, que está presente aqui hoje, e nos representa também, de trazer os Planos de
1759 Biodiversidade nos municípios. É uma forma de a gente conseguir atuar na questão do fogo, é
1760 uma forma de a gente fazer avanços na questão da biodiversidade, na questão do clima. Ou seja,
1761 num plano desse, nós vamos orientar os Planos Diretores, que infelizmente, hoje é a mãe de todas

1762 as corrupções nos municípios e a gente precisa superar isso, e a gente tendo esse plano com uma
1763 lei que conseguiu superar tudo. Nós tivemos, agora no começo do ano, há algum tempo atrás
1764 aqui, não me lembro a data, 10 a zero no STF com relação a vale a Lei da Mata Atlântica ou vale
1765 o Código Florestal. Está definido, é isso que a gente está batalhando, e pela Fundação Florestal,
1766 meu papel é motivar onde nós tivermos uma Unidade de Conservação, ou que no município a
1767 gente tem esse plano dentro, com o Plano de Manejo, todos os outros, esse do Plano de
1768 Biodiversidade. Então, parabenizar, foi muito boa, me representou. Eu fiquei muito feliz, a gente
1769 que batalhou 15 anos para ter essa Lei da Mata Atlântica. Foram 15 anos e talvez seja o único
1770 bioma, ainda que tenha uma lei, porque a gente sabe a dificuldade no Cerrado hoje, em todos os
1771 outros biomas. Quem sabe agora a gente consegue trazer Pantanal. Mas foi um avanço, e isso
1772 começou aqui, e eu queria fazer essa manifestação porque nos meus primeiros 10 anos de
1773 CONSEMA me lembro de cada manifestação que saiu daqui. Então é isso, agradecendo. É uma
1774 honra sempre estar com o CONSEMA, tantos parceiros aqui, amigos, juntos. Quem está nos
1775 vendo, e é realmente interessante, aqui termino a minha fala Natália, que honra também
1776 participar dessa Fundação Florestal que eu, durante 20 anos, tentei fechar aqui dentro desse
1777 CONSEMA, que fui incompetente, admito, mas hoje, lembra aquela história, aqui se faz, aqui se
1778 paga, então, eu estou mais ou menos nessa. Mas era uma causa justa. O Belô lembra bem o que
1779 era o “Baneser do Meio Ambiente”, conforme dizia uma jornalista aqui da Secretaria, mas a
1780 gente superou tudo isso e hoje eu nunca vi um time mais competente, que honra participar desta
1781 Fundação. O meu diretor aqui hoje sabe disso. Eu já contei tanto essas histórias para o Isaías,
1782 mas saber como a gente superou tantas dificuldades, e a Fundação expressa, talvez, um dos
1783 serviços mais relevantes ao estado de São Paulo. E eu fico muito feliz de ter reconduzido também
1784 a presidência dessa Fundação, ter a parceria da Polícia Ambiental, dos ambientalistas, de gente
1785 que pode fazer ainda mais contribuições para que a gente possa trabalhar pelas Unidades de
1786 Conservação, que é um espaço muito privilegiado de toda a sociedade. Então é isso. Obrigado,
1787 gente.

1788
1789 **03:12:14 Anselmo Guimarães:** Esse foi o Mário Mantovani. Obrigado, Mario. Presidente da
1790 Fundação Florestal, agora. Senhora secretária, por favor.

1791
1792 **03:12:24 Natália Resende:** Obrigada, Anselmo. E a gente não poderia deixar de registrar nosso
1793 agradecimento, Mantovani, a você, tanto por estar conosco na Fundação Florestal, o privilégio é
1794 nosso, já te falei isso algumas vezes, mas é sempre bom a gente ressaltar, por tudo que você faz
1795 e toda sua história. E aí, seja olhando o bioma Mata Atlântica, seja olhando o meio ambiente, o
1796 nosso Tietê, todas as ações que a gente tem uma satisfação imensa de ter você aqui conosco e de
1797 conseguir falar, trocar ideia, ter esse diálogo aberto. Tietê, lá na Fundação Florestal, que, como
1798 você disse, a gente tem um orgulho danado, uma equipe maravilhosa. E você lá, junto com
1799 Rodrigo, fazem um trabalho excepcional. Então a gente que agradece, eu fico muito feliz de ter
1800 representado, que seja um pouquinho, falando e falando de um momento que para a gente foi um
1801 marco, né? Imagina, você vê um ano em que a gente consegue ter mais regeneração do que
1802 desmatamento é algo que a gente tem que celebrar, tem que celebrar e tem que reconhecer todos
1803 que participaram ao longo de toda a história, porque não é algo que você faz de um dia para noite
1804 e, certamente você é uma pessoa que representa toda essa história, então a gente que agradece

1805 muito e vamos fazer muito mais, que a gente está aqui só começando. Então a gente agradece,
1806 gente, a participação, não sei se tem mais algum item de pauta, Anselmo? O pessoal quer
1807 almoçar, certo? Gente, obrigada pela participação de todos. Para a gente é sempre um prazer ter
1808 vocês aqui, até o natal.

1809

1810 **03:14:06 Anselmo Guimarães:** Antes disso, dia 18 de dezembro, nossa próxima reunião.
1811 Confirmando, quarta-feira, 18 de dezembro. Por favor, vamos falar pouco na próxima reunião
1812 que não dá para adiar os assuntos de pauta de dezembro.

1813

1814 **03:14:20 Natália Resende:** A gente faz uma extraordinária dia 24, tá certo? Estou brincando,
1815 gente. Obrigada a todo mundo que está nos acompanhando. Um abraço, ótima semana para nós.
1816 Obrigada, vamos trabalhar!